



José João Mateus Inácio

Entre a hegemonia e a emancipação nas dinâmicas de peacebuilding

O caso da CIRGL

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais: estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada por
Prof. Dr.^a Sónia José Santos e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

09/2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

José João Mateus Inácio

Entre a hegemonia e a emancipação nas dinâmicas de Peacebuilding

O caso da CIRGL

Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, na especialidade
de estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Sofia José Santos

Coimbra, 2018

Dedicatória

Dedico as minhas queridas mães, Adelaide Inácio e Florença Pheio.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Deus, pela força para concretização dos objectivos traçados, de certo que não haveria sucesso sem as Suas bênçãos.

A minha mãe Adelaide Inácio pelo suporte incondicional, tanto por via de orações, quanto pelo lado financeiro e por ter acreditado em mim sempre. A minha amável namorada Ednelma Veríssimo pela paciência, carinho e atenção. Aos meus comparsas Dr. Mateus Mirene, pelos conselhos e apoio emocional desde o primeiro momento desta trajetória, assim como o Dr. Hernâni Chova pelas recomendações de leitura. A minha querida irmã Maria de Fátima Gomes, por motivar-me e garantir sempre uma alimentação saudável.

A todos docentes e pessoal não docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Feuc) que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação ao longo deste mestrado, em especial, a professora Doutora Sofia José Santos pela incansável paciência, cuja os conselhos e a atenção foram preponderantes para a elaboração deste trabalho.

Aos meus familiares João Carlos Inácio, Emília Inácio, Ilda Inácio, Telmo e Malidza Raimundo, pelo carinho.

Ao Carlos Santos, Mário Batista e o João Miguel, pelas lições de vida passadas alegremente todas as manhãs de Sábado.

Aos meus colegas e amigos Paulo Faustino, Nuno Morgado, João Castanheira, Carina Fonseca, Diogo Videira, Simon Laire, Ísis Freitas, Maria Luísa e Aymeric, pelos debates intermináveis, expresso aqui os meus sinceros agradecimentos.

Aos amigos Jerome Etsong, Genelese Costa, Waldemar Pereira, Cristina, Patrícia, Tadeu, Gardénia, Daniel, Ken, Elias, Joana, Hélio Germano, Alceu Malheiros, Ana Cabral, Tatiana, Mariama Bamba e Miguel com os quais pude sempre contar com o apoio e incentivo para a elaboração desta dissertação.

Epígrafe

Quando nos permitimos mudar o nosso ponto de vista, somos capazes de entender à realidade que os outros vivenciam.

Sir. Winston Churchill

Resumo

Perante a escalada da conflitualidade violenta na região dos Grandes Lagos no final do século XX, e que atingiu o seu pico em 1994 aquando do genocídio no Ruanda, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a União Africana uniram esforços, sustentados na resolução 1291 e 1304 do CSNU, para criação de uma instituição de natureza regional, com carácter intergovernamental, traduzidos na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, como mecanismo de respostas aos dilemas e desafios vividos na região. Ainda que integrando dinâmicas hegemónicas *top-down*, a CIRGL, devido à sua natureza *ad hoc* e à garantia de uma maior participação dos atores locais no processo de construção de paz internacional, encerra dinâmicas de *bottom-up*, podendo, assim, consubstanciar-se também num espaço potencialmente emancipatório. É a tensão e os equilíbrios entre estas duas dinâmicas contrárias (*top-down* e *bottom-up*) aplicada ao estudo de caso da CIRGL, especificamente face ao conflito na RDC e no contexto da atual hegemonia liberal, que esta dissertação procura explorar. Deste modo, este trabalho procura estudar a relação entre os atores no sistema internacional com ênfase na emancipação dos atores locais face a consolidação de dinâmicas *bottom-up* num contexto de paz liberal.

Palavras-chaves: Emancipação, paz liberal, peacebuilding, regionalismo, CIRGL.

Abstract

Faced with the escalation of violent conflict in the Great Lakes region at the end of the 20th century, which peaked in 1994 during the genocide in Rwanda, the United Nations Security Council and the African Union joined forces, supported by Resolution 1291 and 1304, for the creation of an intergovernmental regional institution, translated into the International Conference on the Great Lakes Region, as a mechanism to respond to the dilemmas and challenges faced in the region. Although integrating top-down hegemonic dynamics, CIRGL, due to its ad hoc nature and the guarantee of a greater participation of local actors in the process of international peacebuilding, concludes bottom-up dynamics and can thus be consolidated also in a potentially emancipatory space. It is the tension and the balance between these two opposite dynamics (top-down and bottom-up) applied to the CIRGL case study, specifically in view of the conflict in the DRC and in the context of the current liberal hegemony that this dissertation seeks to explore. In this way, this work seeks to study the relationship between the actors in the international system with emphasis on the emancipation of local actors in the face of the consolidation of bottom-up dynamics in a context of liberal peace.

Keywords: Emancipation, liberal peace, peacebuilding, regionalism, CIRGL.

Siglas e acrónimos

AFDL- Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo
AFRICOM- Comando dos Estados Unidos para África
BM- Banco Mundial
CIRGL- Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
CNDP- Congresso Nacional para Defesa das Populações
CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA- Estados Unidos da América
FAR- Forças Armadas Ruandesas
FAZ- Forças Armadas Zairenses
FDLR- Frente Democrática para Libertação do Ruanda
FMI- Fundo Monetário Internacional
FNL- Força Nacional de Libertação
FPR- Frente Patriótica Ruandesa
IBL- Institucionalização Antes da Liberalização
LRA- Exército de Resistência do Senhor
M23- Movimento 23 de Março
MONUSCO- Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
NAFTA- Tratado Norte Americano de Livre Comércio
NCM- Mecanismo Nacional de Coordenação
OI- Organização Internacional
ONG- Organização Não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
ONUC- Operações das Nações Unidas no Congo
OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCD- Comício Congolês pela Democracia
RDC- República Democrática do Congo
RIMC- Comitê Interministerial Regional
SADC- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA- União Africana
UE- União Europeia
UK- Reino Unido

UNTAG- Grupo de Assistência Transitória das Nações Unidas

ÍNDICE

Introdução.....	11
I. A paz liberal como hegemonia	14
1. Teoria Crítica nas Relações Internacionais	15
1.1 A escola de Frankfurt e o debate ‘teoria tradicional vs. teoria crítica’	18
1.2 A teoria crítica nas Relações Internacionais: o contributo de Robert Cox.....	20
2. Hegemonia e Paz Liberal.....	22
2.1 Hegemonia Gramsciana	22
2.2 A paz liberal, hegemonia e novas guerras.	27
2.3 O modelo de Peacebuilding	31
2.3.1 Críticas à intervenção.....	37
Conclusão	39
II: Entre o <i>local-turn</i> e a hegemonia liberal: O Regionalismo como hibridez e instrumento de mediação e pacificação	41
2.1 <i>Local turn</i>.....	43
2.2 Hibridez como resultado da construção de paz.....	47
2.3 Regionalismo como instrumento de mediação e de pacificação: entre a ordem hegemónica e a afirmação do localismo.....	52
Conclusão	57
III. A CIRGL como resposta da comunidade internacional face a construção de paz na região dos grandes lagos africanos	59
3.1 A Região dos Grandes Lagos africanos: especificidades, complexidade e interesses.....	59
3.2 A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).....	66
3.3 Quadro de análise.....	69
3.1.2. Balanço da CIRGL: Mais-valias, tensões e desafios	72
3.3 A abordagem da CIRGL ao conflito na RDC.	74
3.3.1 O conflito	75
3.3.2 A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos face ao conflito.....	79

CONCLUSÃO GERAL

Limitações

Sugestões

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Introdução

Desde o início da década de 1990, várias regiões do mundo, com destaque para o continente africano, têm sido palco do fenómeno das “novas guerras” (Kaldor, 1999), cujas causas e consequências profundas têm-se alastrado, condicionando a paz, a segurança e o desenvolvimento do continente. A região dos Grandes Lagos africanos tem sido um palco particularmente fustigado por este tipo de conflitualidade, especificamente no que tange ao conflito da República Democrática do Congo.

A região dos Grandes Lagos é a mais populosa e a mais rica do continente africano sendo que a abundância de recursos minerais torna-a cobiçada aos olhos dos atores internacionais e um espaço de atuação de grupos armados rebeldes que exploram ilicitamente os recursos naturais em benefício próprio ou de elites governamentais locais, exacerbando a escalada de conflitos na região.

Face a esta problemática, a Comunidade Internacional tem-se mostrado particularmente ineficaz, em boa parte devido à leitura errónea sobre as causas dos conflitos (Ferreira, 1998; Paris, 2004; Aapengnou, 2012; Paffenholz, 2015) e ao constante privilégio que é atribuído aos interesses da comunidade internacional numa ordem hegemónica liberal em detrimento das especificidades locais (Mac Ginty e Richmond, 2013). Ou seja, em que as dinâmicas de *top-down* no sistema internacional se sobrepõem às dinâmicas *bottom-up* no sistema internacional e nacional. Deste modo, numa tentativa de dar expressão ao local, estabeleceu-se a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos africanos (CIRGL). Embora criada a partir de uma lógica *top-down*, entende-se que esta conferência pode também representar um mecanismo de resposta *bottom-up* face aos problemas vividos na região. Neste sentido, esta dissertação pretende responder a seguinte pergunta de partida: *De que formas as instituições regionais ad hoc, pela sua natureza estatal e representando uma lógica de liderança e proximidade local, podem ser potencialmente emancipatórias, num contexto de paz liberal enquanto manifestações de dinâmicas bottom-up? Esta dissertação argumenta que a CIRGL nas vestes de instituição regional caracteriza-se como um elemento potencialmente emancipador na medida em que transfere para os atores locais a capacidade de gestão do processo de*

construção de paz, através de um conjunto de instituições criadas no âmbito da sua esfera de atuação - programas e protocolos- que visam resolver os problemas que dificultam a estabilização e o desenvolvimento da região, sobretudo pela sua natureza regional intragovernamental que fortifica a relação entre os Estados membros, permitindo uma leitura mais abrangente dos problemas na região, ao mesmo tempo que garante uma maior representatividade dos atores locais em projetos de âmbito internacional.

Numa perspectiva geral, o objectivo deste trabalho é analisar as estruturas de poder no sistema internacional que se desenrolam na relação entre atores dominantes e atores subjugados, e, dentro destas, explorar a resiliência dos atores subjugados no jogo hegemónico internacional. De forma específica, esta dissertação analisará o potencial emancipatório de iniciativas que incluem a participação e expressão local por meio de uma maior representação local no sistema internacional, de modo a participarem ativamente nas iniciativas de construção de paz. Para tal, o objecto de estudo desta dissertação tem que ver com o caso da CIRGL entendido enquanto espaço/palco para o exercício de políticas regionais de construção da paz potencialmente emancipatórias.

No que tange a sua organização esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, faz menção ao quadro teórico-conceptual desta dissertação e estará dividido em duas secções. A primeira secção evidenciará a Teoria Crítica como linha mestra que consolidará o suporte teórico desta dissertação. Ao passo que, a segunda fará referência aos conceitos-chave dos quais emanam as dinâmicas *top-down*, sendo estes a hegemonia e a paz liberal.

No segundo capítulo, o foco estará voltado para as dinâmicas de inserção dos atores locais em projetos de âmbito internacional, numa lógica *bottom-up*, operacionalizando os conceitos - local turn e hibridez-, para compreender a relação entre os atores no sistema internacional, marcado pela afirmação dos atores locais face a ordem hegemónica protagonizada pelos atores internacionais no processo de construção de paz no contexto pós-Guerra Fria.

No terceiro capítulo, esta dissertação apresentará a CIRGL como estudo de caso. Para tal, apresentará e analisará a região dos Grandes Lagos em função dos dilemas e desafios vividos para pacificação da região, considerando a CIRGL como um espaço e elemento potencialmente emancipatórios para a construção de paz na região, tendo em conta a prevalência do conflito na RDC.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem desta dissertação sustenta-se no método de estudo de caso e em metodologias qualitativas, como análise documental de fontes primárias e secundárias, com enfoque no raciocínio lógico indutivo, para explorar as dinâmicas e os espaços potencialmente emancipatórios de construção de paz que se constroem face à desigualdade da relação entre atores no sistema internacional. Analogamente, este trabalho tem como suporte o recurso ao tipo de pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, revistas, sites de internet, com os quais pude adquirir informações necessárias para edificar a pesquisa.

Por fim a dissertação apresenta uma síntese das suas conclusões, identificando também nas limitações e algumas sugestões para investigações futuras.

I. A paz liberal como hegemonia

Este capítulo pretende explorar um dos elementos centrais do quadro teórico-conceitual desta dissertação: a paz liberal como um projeto hegemónico no sistema internacional. Este projeto hegemónico caracteriza-se pela transferência de uma série de ferramentas unidas pela expressão e mandato da “boa governação” e que são produzidas e implementadas a vários níveis, desde instituições governamentais a não governamentais, e que determinam o processo de construção de paz liberal. Deste modo, uma vez identificado um posicionamento hegemónico no processo de implementação da paz liberal, propõe-se, em função do objeto de estudo desta dissertação, explorar as potencialidades emancipatórias existentes ao nível local face a este projeto hegemónico internacional. Esta análise será ancorada na Teoria Crítica das Relações Internacionais e pretende explorar a dicotomia do comportamento e das iniciativas dos atores envolvidos: por um lado, um comportamento hegemónico e dominante, por outro lado, um posicionamento resiliente e de alguma forma subjugado, mas com potencialidades emancipatórias. De facto, o comportamento hegemónico dos atores dominantes influi sobre as iniciativas de construção de paz, como a CIRGL, que apesar da sua criação obedecer uma lógica *top-down*, poderá consubstanciar-se numa resposta de construção de paz potencialmente emancipatória e promotora de dinâmicas *bottom-up*, em contexto de hegemonia liberal.

Assim sendo, com suporte teórico da teoria crítica das Relações Internacionais, esta dissertação recorre ao conceito de “hegemonia” (Gramsci, 1971) para evidenciar a lógica de imposição sistémica dos interesses dos atores dominantes sobre os demais atores no sistema internacional, sobretudo quando se trata de construção de paz liberal, cujas dinâmicas – democracia representativa, economia de mercado, direitos humanos (Doyle, 2001)- são constantemente apresentadas, de forma hegemónica, como a panaceia para a construção de paz em contexto pós-guerra (Chandler, 2010).

Este capítulo divide-se em duas secções. A primeira evidencia a paz liberal como um instrumento hegemónico que privilegia a desigualdade na relação entre os atores no sistema internacional. O primeiro ponto desta secção centra-se na apresentação da teoria crítica nas Relações Internacionais, como suporte teórico

na qual esta dissertação está ancorada. Dentro desta, apresenta o contributo da Escola de Frankfurt concretizado na mudança de paradigma com os questionamentos críticos e ideias emancipatórias, explorando em seguida a forma como Robert Cox traz a teoria crítica para as Relações Internacionais.

Na segunda secção, será apresentado o quadro conceptual deste trabalho, especificamente o conceito de hegemonia e de paz liberal. Para tal esta secção partirá do conceito de hegemonia na visão de António Gramsci (1971) dando conta de um comportamento hegemónico dos atores dominantes face aos atores subjugados no sistema internacional. Em seguida, neste capítulo será aplicado este conceito ao projeto de paz liberal que o pós-Guerra Fria e a emergência das “novas guerras” lançaram de forma consolidada no sistema internacional. A paz liberal é aqui entendida como um conjunto de princípios político-ideológicos e de ferramentas de engenharia social, política e económica baseadas na democracia e no livre mercado (Richmond, 2006), tendo como um dos rostos de intervenção, o modelo de *peacebuilding*. A análise desta secção culmina com uma crítica ao modelo de intervenção de *peacebuilding*, explorando-o a partir do conceito de hegemonia.

1. Teoria Crítica nas Relações Internacionais

A análise desta dissertação insere-se no terceiro debate¹ das Relações Internacionais que emerge de uma forma manifestamente contundente em oposição à visão realista que se posiciona como política de poder nas Relações Internacionais (Nogueira e Messari, 2005: 132).

Com o sistema internacional marcado por desigualdades expressas entre um norte central e um sul, que se quer periférico, a teoria crítica emerge como herança intelectual do pensamento de Marx, porém com novas interpretações (Nogueira e Messari, 2005: 133). - Ainda que o fundamento do seu pensamento remonte ao Iluminismo, bem como aos escritos de Kant e Hegel (Devetak, 2005: 138). Assim, a teoria crítica do século XX tornou-se estreitamente associada ao

¹ Na senda dos debates metateóricos da Relações Internacionais, o terceiro debate 1980 à 1990, compreende o debate entre Positivistas vs. Pós-positivistas, também conhecido por debate “Neo-Neo” em função da oposição entre Neorealistas vs. Neoliberalistas (Mendes, 2012:107;Nogueira e Messari, 2005:132). Enquanto que, o quarto debate surge em 1990 com o construtivismo, ancorado na oposição do racionalismo vs. Reflexismo (Mendes, 2012:107).

pensamento da Escola de Frankfurt, frequentemente citada por Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Leo Lowenthal e Jurgen Habermas, como filosofia de questionamento sobre as contestações modernas e a vida política por meio de críticas permanentes (Nogueira e Messari, 2005:138).

Para a teoria crítica é essencial compreender as características centrais da sociedade contemporânea, incluindo o seu desenvolvimento histórico e social, para que sejam traçadas as contraposições que possibilitam transcender a contemporaneidade da sociedade, suas patologias internas, assim como as formas de dominação existentes (Devetak, 2005: 138).

O desafio da teoria crítica nas Relações Internacionais² pode ser analisado a partir de quatro alicerces básicos, nomeadamente, a relação entre o sujeito cognitivo e o seu objecto de estudo, seguidamente pela influência de interesses e valores sobre a teoria, posteriormente pela mutabilidade da realidade social e, por fim, pelos modos de teorias que surgem (Silva, 2005: 256).

No primeiro pilar evidencia-se a necessidade de considerar o Cientista como parte integrante da análise, isto é, o Cientista e o objecto de estudo estão intrinsecamente ligados (Silva, 2005: 265). Tal como afirma Horkheimer: “a razão não pode ser transparente para consigo mesma enquanto os homens agirem como membros de um organismo irracional” (Horkheimer, 1972 *apud* Santos, 1999: 199).

No segundo pilar, concernente a influência de interesses e valores sobre a teoria, essa dissertação faz referência ao pensamento de Robert Cox (1981), defendendo que “toda teoria é para algo e para alguém” (Cox, 1981:128). O autor reforça a ideia de que as teorias são relativas a um tempo e lugar determinado, não podendo assim ser transformadas em um modelo absoluto de aplicação universal, dissociado de um contexto histórico e político (*Ibidem*). Sob o mesmo ponto de vista, Silva (2005) afirma que antes de se iniciar a tarefa de tentar tornar o mundo em que vivemos mais perceptível, as ontologias já estavam presentes, fazendo-se evidentes na maneira como vislumbramos o que está à nossa volta

² No que tange as Relações Internacionais, a teoria crítica acarreta consigo conceitos como hegemonia e emancipação, abrindo caminho para o desenvolvimento da crítica ao realismo, cujo impacto modificou a maneira como pensamos a teoria na disciplina hoje (Nogueira e Messari, 2005: 133).

(Silva, 2005: 256). Dessa forma, os limites da ação individual ou coletivas são produtos da teoria ditados pelos eventos históricos (Silva, 2005: 257). Mediante ao exposto, a teoria tem sido grandemente condicionada e influenciada pelos aspectos sociais, culturais e ideológicos, em contraposição cabe a teoria crítica a tarefa de revelar os efeitos deste condicionamento (Silva, 2005: 258).

Entretanto, no terceiro pilar, surge a mutabilidade da realidade social que é feita em função da experiência histórica que produz a ontologia das pessoas, incorporando-se no mundo que estas constroem. Com efeito, quando as ontologias são incapazes de serem explicadas ou resolvidas elas tornam-se problemáticas (Silva, 2005: 257). Dessa maneira, a crítica de Marx e Kant sobre a razão é fundamental para a percepção dos mecanismos que limitam a nossa capacidade de compreensão da realidade, e que colocam sob ameaça a nossa liberdade e autonomia (Nogueira e Messari, 2005: 135). Logo, quanto mais encaramos aquilo que é produzido socialmente como algo natural passamos a excluir uma gama enorme de possibilidades de transformação de situações de dominação, exploração e opressão do horizonte da política, justamente pelo facto de não termos consciência e conhecimento das estruturas e processos que limitam a liberdade, perpetuam a desigualdade social e a dominação política (Nogueira e Messari, 2005: 136).

Por fim, os modos de teoria surgem como guias orientadoras de estudos, podendo divergir consoante o interesse e desígnio. Cox apresenta três dimensões na qual as teorias devem ser analisadas, permitindo a comparação e a consequente classificação, designadamente, a perspectiva, a problemática e o propósito (Cox, 1995 *apud* Silva, 2005: 260).

A perspectiva prende-se com a crença de que a conjuntura social do sujeito influencia nas suas aceções ontológicas, pela forma que este escolhe para compreender a realidade social (Silva, 2005: 261). Ou seja, a localização, a janela temporal, a posição na sociedade e a ideologia influenciam a forma como o sujeito percebe e lê o mundo à sua volta.

Por sua vez, a problemática pode ser abrangida uma ou mais vezes pela teoria, uma vez que esta se refere à vida social que cada teoria almeja abranger. Num universo de múltiplos aspectos que fazem parte do seu objeto de estudo, a problemática escolhe com quais se preocupar (Silva, 2005: 262).

Por conseguinte, o propósito é fundamental para conhecer o contexto em que uma teoria é usada e gerada, ou seja, para saber se ela é gerada e usada para manter a ordem social existente ou para a mudar (*Ibidem*).

Ao ser trazida para as Relações Internacionais por Robert Cox com o seu artigo “*Social force, states and world orders*” (1981) a análise da teoria crítica fez com que as Relações Internacionais, enquanto disciplina, alargassem o domínio do seu objeto de estudo e da perspectiva ontológica e epistemológica a partir do qual se produz teoria e análise (Devetak, 2005: 141). Na verdade, a teoria crítica – também nas Relações Internacionais - propõe um sincronismo com a atualidade caracterizada pelo foco na transformação da realidade social e não somente em explicar o que existe (Nogueira e Messari, 2005: 137).

Em suma, a teoria crítica nas Relações Internacionais busca identificar a possibilidade de mudança referente a realidade social observada, estudando as tensões e contradições que possam perigar o equilíbrio social (Nogueira e Messari, 2005: 137).

1.1 A escola de Frankfurt e o debate ‘teoria tradicional vs. teoria crítica’.

A escola de Frankfurt³ constitui o berço da teoria crítica e nessa medida é importante compreender os seus pressupostos e propostas. O texto fundamental da Teoria Crítica que servira de manifesto e ponto de partida para todas diferentes propostas críticas que a partir daí surgem, aparece pela mão de Marx Horkheimer, em 1937, sendo o artigo intitulado “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*”.⁴ Este texto viria dar abertura ao debate entre ambas a partir de um conjunto de preposições relativas ao domínio do conhecimento, bem como ao processo de emancipação⁵ (Assoun, 1989:15) e à responsabilidade que a produção de conhecimento tem na manutenção do status quo ou na

³ Construído em Frankfurt no ano de 1923, por força de um decreto do Ministério da Educação, datado aos 3 de Fevereiro de 1923, um instituto de pesquisas sociais “*Institut für Sozialforschung*” cujo a ideia de criação atribui-se à Felix J. Weil, doutorado em ciências políticas, aquando da organização da sua primeira semana de trabalho marxista (Assoun, 1989: 11), que posteriormente viria a dar corpo a Escola de Frankfurt.

⁴ Tradução livre do autor, no original “Traditional and Critical Theory”.

⁵ Vale ressaltar que o uso do termo emancipação nesta dissertação representa mais do que um posicionamento de oposição, tal como Ken Booth refere a emancipação revela o equilíbrio, a reciprocidade de direitos (Booth, 1991:322).

transformação social. Através desta abordagem de oposição à teoria tradicional, dá-se o início a realização de transformações profundas na relação entre conhecimento e transformação histórica.

Max Horkheimer estabelece uma diferença entre teoria tradicional e teoria crítica. Começa por descrever a teoria tradicional, entendendo que ela preconiza o raciocínio de que as teorias devem satisfazer todas as partes que interagem, harmoniosamente e sem atritos (Horkheimer, 1972:190). Deste modo o autor descreve a teoria tradicional como uma teoria que tem origem nas ciências naturais, na qual os cientistas se consideram meros observadores. Decorre desse posicionamento que acabam por analisar a realidade social apenas como cientista e não como cidadãos parte desta sociedade. Refugiando-se e apoiando-se na objetividade e na imparcialidade como mecanismos de validação da sua autoridade enquanto produtores de conhecimento puro (Horkheimer, 1972). De acordo com o mesmo autor, na teoria crítica, por seu lado, o pesquisador é parte da pesquisa, tornando artificial a separação entre sujeito e objeto, teoria e prática, estabelecendo um vínculo entre o cientista e o objeto de estudo, e uma afirmação do seu trabalho intelectual como meio de transformação da realidade social vigente com abordagens abrangentes sobre justiça social alimentadas por um pensamento crítico e conducentes, em termos de horizonte, à emancipação.

A teoria crítica pretende alvoroçar o paradigma filosófico tradicional. Fá-lo através de uma reflexão que tem sempre como referência um ideal de emancipação. Apesar da existência de fatores que funcionam como obstáculos para a alteração da realidade social, os factores políticos, económicos e culturais tendem inevitavelmente a influenciar o diagnóstico crítico com vista à emancipação (Melo, 2011: 249). O diferencial da teoria crítica sobre as demais posições teóricas no campo das ciências humanas reside no seu interesse pelas circunstâncias emancipatórias socialmente existentes (Melo, 2011:249). A teoria crítica intervém como guia crítico que direciona a investigação no sentido de dar a conhecer à sociedade as desigualdades existentes, fruto dos comportamentos hegemónicos legitimados pela teoria tradicional (Carnaúba, 2010).

Portanto, a relação entre teoria tradicional e a teoria crítica fundamenta-se em função dos critérios que visam direccionar a trajetória do conhecimento produzido: manutenção do *status quo* ou transformação social com vista à emancipação. Ou seja, a teoria crítica acarreta consigo um diagnóstico do tempo

presente, uma orientação para emancipação e um comportamento crítico, ao passo que, a teoria tradicional encontra-se desprovida destes critérios (Carnaúba, 2010: 195) lutando por uma maior eficácia e eficiência da ordem existente.

Em suma, a teoria tradicional recusa-se a apresentar a diferenciação estrutural concernente à ciência especializada, limitando-se apenas a descrever o comportamento social visível, estudando a sua frequência e como acontecem, enquanto que, a teoria crítica preocupa-se em fazer despertar um comportamento crítico relativamente à realidade existente e, conseqüentemente, a construir um diagnóstico do tempo presente face ao desenvolvimento das sociedades, e finalmente direcionando o homem para a emancipação (Carnaúba, 2010).

1.2A teoria crítica nas Relações Internacionais: o contributo de Robert Cox.

Robert Cox no seu artigo "*Social forces, states and world orders*" traz a teoria crítica para as Relações Internacionais de uma forma teórica e analiticamente fundamentada, reforçando a proposta original de Horkheimer e adaptando-a à realidade desta disciplina. Para Cox, toda a teoria é sempre para alguém e para algum propósito (Cox, 1981: 128). O autor defende que todas as teorias se revestem de uma perspectiva situada, sendo que esta por sua vez deriva de um posicionamento temporal e espacial influenciado por questões e visões políticas e sociais específicas (Cox, 1981:128).

Olhando para o mundo a partir de uma perspectiva crítica, Cox entende que este é definido por uma relação de oposição entre as classes sociais, de domínio e subordinação, de poder crescente e decrescente, de experiências passadas e expectativas futuras (Cox, 1981:128).

Robert Cox faz menção à teoria tradicional em Relações Internacionais, e estabelece um paralelo com a teoria de resolução de problemas, que atua como resposta aos problemas nas diferentes áreas do sistema internacional. Contudo, a visão limitada desta teoria faz com que ela observe o mundo na sua essência- tal como ele é-, dando assim pouca margem para uma análise ampla da realidade social, o que de certa forma perpetua as relações de poder e desigualdade no sistema internacional (Cox, 1981: 128-129). No entanto, sob um olhar diferente, a teoria crítica admite que as Relações Internacionais estão em constantes mudanças e, através dessas mudanças, atentam uma oportunidade de superar as

desigualdades existentes, assim como as formas de dominação que estas desigualdades promovem (Nogueira e Messari, 2005:149).

Portanto, enquanto a teoria de resolução de problemas tende a privilegiar um comportamento hegemónico nas Relações Internacionais, a teoria crítica, por sua vez, tende a opor-se face a tal comportamento, recusando-o e demonstrando um caminho de alternativas possíveis na construção de relações entre os distintos atores em Relações Internacionais (Silva, 2005: 263).

Na mesma senda, António Gramsci, cientista político Italiano, na sua obra *cadernos de cárcere* (1971), buscou analisar a influência da hegemonia nos fenómenos sociais. No entanto, o trabalho de Gramsci funde-se com o pensamento da escola de Frankfurt, e é transferido para as Relações Internacionais por Robert Cox (1981), apesar de não haver tanta semelhança com o conceito já definido neste campo. Entretanto, a noção de hegemonia cunhada por Gramsci, torna notória para as Relações Internacionais a existência de uma ordem política que se quer incontestável, e que se faz amiúde aceite pacificamente, traduzindo-se numa relação de coerção e de consentimento no sistema internacional (Silva, 2005: 264). Ou seja, Cox (1981), a partir desta perspectiva de Gramsci (1971), ilustra de forma ampla a visão realista do sistema internacional na qual o Estado está no centro de tudo. Através das forças sociais que compõem o Estado produzem-se políticas. (Cox, 1981: 137). A atuação destas forças sociais no seio da sociedade civil eleva as suas ideologias a um patamar de senso comum, o que consequentemente induz a noção de consentimento (Silva, 2005:265). Portanto, para que este quadro possa ser revertido Gramsci faz referência ao bloco histórico, como mecanismo contra-hegemónico de contestação à realidade social vigente, com vista a transformar a sociedade civil (Mezzaroba, 2005:10; Silva, 2005:265).

Por conseguinte, reiterando que o principal objectivo da teoria crítica nas Relações Internacionais é de desconstruir as formas de desigualdade e de dominação existentes nas relações entre os atores (Nogueira e Messari, 2005:140), ela cumpre uma proposta de acompanhamento da evolução destas relações, mantendo seus conceitos atualizados para que possa ser hábil na análise dos conflitos e contradições vigentes nas relações entre os atores no sistema internacional (*Ibidem*). Acrescenta-se que a teoria crítica rejeita que a realidade social não seja inalterável, “assegura que os Estados e sistemas de

Estados não são governados pela natureza, mas sim pelo resultado da ação humana e em constante mudança” (Nogueira e Messari, 2005: 141).

Portanto, ao propor que toda teoria é sempre para alguém e para algum propósito (Cox, 1981: 128), Robert Cox demonstra a importância da teoria como um guia de ação estratégico e de transformação nas Relações Internacionais. Este pode ser analisado em três níveis distintos, nomeadamente, a perspectiva que se associa a localização temporal, a problemática como o objectivo que a teoria visa alcançar, e o propósito como o contexto em que foi gerada e como é usada a teoria (Silva, 2005: 260-262).

Em suma, esses três níveis de análise impulsionam a evolução da divisão da teoria em teorias de resolução de problemas e teoria crítica, sendo que a primeira se preocupa com a manutenção de reformas específicas com intuito de manter as estruturas existentes, ao passo que, a segunda interessa-se pela exploração do potencial de mudanças estruturais, bem como pela construção de estratégias para a transformação social (Silva, 2005).

2. Hegemonia e Paz Liberal

Um dos conceitos-chave da teoria crítica nas Relações Internacionais é precisamente o de hegemonia (Gramsci, 1971) e que tem vindo a ser recorrentemente utilizado para caracterizar as políticas de construção de uma paz liberal levadas a cabo no seio do sistema internacional desde o final da Guerra-Fria. Esta secção irá, em primeiro lugar, apresentar o conceito de “hegemonia” de Gramsci e depois irá aplicá-lo à proposta de paz liberal, explorando também as críticas de alguns autores relevantes, como Oliver P. Richmond e Mark Duffield sobre a natureza hegemónica e dominadora deste projeto de paz.

2.1 Hegemonia Gramsciana

O conceito de hegemonia de António Gramsci (1971) serviu de ponto de partida para a compreensão das lutas nas relações sociais, num período específico de tempo e simultaneamente na formação de classes sociais dominantes (Ludwig e Blanco, 2013). Deste modo, a abordagem de António Gramsci (1971) sobre a hegemonia começa pela análise da sociedade civil e da

sociedade política, conforme consta nos seus escritos conhecidos como cadernos de cárcere,⁶ de formas a ilustrar o comportamento hegemónico que figurava nesta relação (Gramsci, 1971: 506). O autor afirma que o confronto entre sociedade civil e sociedade política deu-se num período histórico específico, caracterizado por um equilíbrio instável na relação entre as classes sociais (*Ibidem*). Dito de outra forma, o confronto entre as classes sociais ilustra a vontade de uma se sobrepor à outra, monopolizando o exercício do poder. No entanto, o princípio da separação de poderes torna-se evidente para enfraquecer o poder, impedindo que este seja exercido de forma coerciva (Gramsci, 1971).

Gramsci utilizava o termo hegemonia não somente para designar dominação, mas essencialmente para referir-se à condução ou direção (Mezzaroba, 2005:9). Semelhantemente, a hegemonia estabelece a supremacia de uma classe em detrimento da outra, concebida sem fazer apelo à coerção ou à violência (Mezzaroba, 2005: 87). No entanto, a hegemonia não pode apenas ser vista como a supremacia dos Estados mais influentes, mas, também, como uma relação onde as potências adotam um papel dirigente com suporte numa congregação de recursos materiais, ideias e instituições, persuadindo os demais Estados sobre os benefícios da referida ordem para o conjunto do sistema (Nogueira e Messari, 2005:143; Silva, 2005: 266).

Nesta ordem de ideias, “a concepção de hegemonia em Gramsci está vinculada à capacidade de desvendar a identidade nacional, isto é, as características típicas de um determinado grupo” (Gruppi, 1986 *apud* Mezzaroba, 2005: 9).

Robert Cox (1983) afirma que o conceito de hegemonia tem sido frequentemente usado para ilustrar apenas o domínio de um Estado sobre outro, direcionando assim o uso do termo exclusivamente na relação entre os Estados (Cox, 1983:115). Em contraposição a esta realidade, com base no conceito de Hegemonia de Gramsci, Cox demonstrou como poderia compreender os problemas de ordem mundial, defendendo que as ideias de Gramsci sempre estiveram relacionadas com um contexto específico, embora fossem ajustadas em função das circunstâncias históricas (Cox, 1983: 102). Para distinguir a visão

⁶ Durante o período em que esteve preso António Gramsci escreveu cerca de 2.350 páginas, sobre diversos temas como história, economia, política, filosofia, literatura e ciências, compiladas em 33 cadernos, que ficaram conhecidos como cadernos de cárcere (Mezzaroba, 2005: 8).

da teoria crítica face à visão realista, o autor desenvolveu um modelo de análise composto por três dimensões básicas, a saber: a dimensão *vertical* das relações internacionais, a relação entre o Estado e a sociedade civil e a dinâmica do processo produtivo (Nogueira e Messari, 2005: 142).

Entretanto, no desenvolvimento de cada dimensão apresentada, Cox afirma, relativamente à primeira dimensão (ou seja, a dimensão vertical), que as relações de poder no realismo são horizontais, alicerçadas na disparidade de poderio de cada Estado. Por isso, o autor faz referência a uma relação vertical com maior equilíbrio, dado ao facto de que a tradição marxista que promove a teoria crítica aponta o seu foco para a análise e desconstrução da dominação dos Estados mais ricos e poderosos sobre os mais fracos (Nogueira e Messari, 2005:142). Sobre esta perspectiva o autor busca auxílio na hegemonia gramsciana para compreender a estrutura das relações verticais de poder na política mundial que se consubstanciam nas relações hierárquicas, estando aquém de ser imperialistas, mas sendo muitas vezes ancoradas num arranjo entre consenso e coerção (Nogueira e Messari, 2005:143). Com efeito, o conceito de hegemonia como uma ordem política relativamente irrefutada, e frequentemente recebida de modo passivo, traduz-se numa combinação de coerção e de consentimento, abrindo múltiplas possibilidades de reinterpretações da realidade internacional (Silva, 2005: 264).

Para compreender a segunda dimensão (a relação entre o Estado e a sociedade civil), torna-se necessário explicar o conceito de hegemonia em Gramsci de forma ampla. Para tal, é fundamental referir-se à sociedade civil como um espaço apropriado para uma confrontação ideológica, contrariamente a sociedade política, pelo facto de que a sociedade civil aponta para o consenso moral e intelectual, ao passo que, a sociedade política revela o domínio e a coerção (Mezzaroba, 2005:10). Enquanto a concepção realista sugere o Estado como único ator funcional, Cox apresenta uma visão contrária a esta concepção, defendendo que, de um tempo a esta parte, nas diferentes ordens mundiais outrora existentes eram visíveis distintas formas de concepção de Estado que provavelmente apresentavam um comportamento diferenciado no plano internacional, demonstrando como exemplo a *Pax Britannica*⁷ e a *Pax Americana*⁸

⁷ Corresponde ao período de hegemonia inglesa no século XIX.

como comportamentos diferentes face ao contexto histórico em que estavam inseridas, podendo ser identificadas na relação entre Estado e Sociedade civil (Nogueira e Messari, 2005:143). No entanto, estes exemplos demonstram que os comportamentos hegemónicos dos Estados variam de acordo com o tempo e o contexto, sendo que a sua relação com a sociedade civil é marcada pelo seu nível de desenvolvimento.

Relativamente ao processo de produção, Cox afirma ser imprescindível integrar alterações nesse processo, uma vez que o realismo vê a política internacional como uma esfera autónoma onde os atores circunscrevem as suas vantagens em termos de poder. O autor contesta a possibilidade de desvincular a política da economia, defendendo que as conexões de poder no âmbito de produção estão amplamente ligadas às relações de poder entre os Estados (Nogueira e Messari, 2005: 143).

Cox (1983) acredita não ser possível usar os conceitos fora da órbita pela qual esses foram projetados, sob pena de contrair ambiguidades e contradições na sua percepção, pois o autor considera o conceito em Gramsci vago e flexível, apenas adquirindo precisão quando posto em contacto com uma situação que o ajuda a explicar (Cox, 1983:102). Consequentemente, de acordo com Silva (2005), é preciso levar em conta que o conceito de hegemonia tal como Gramsci cunhou apresenta pouca semelhança com o termo usado habitualmente nas Relações Internacionais bem como o conceito derivado do realismo (Silva, 2005:264).

De certo modo, havia um paralelo entre a abordagem de Gramsci e a abordagem da primeira geração da Escola de Frankfurt, visto que Gramsci preocupava-se em compreender as insuficiências nos prognósticos marxista sobre a expansão socialista, nas sociedades capitalistas mais avançadas, enquanto que os teóricos da Escola de Frankfurt haviam identificado uma série de domínios que condicionavam o fracasso no avanço do socialismo, sendo que a cultura, a burocracia, a natureza do autoritarismo, a questão da razão, da racionalidade e as discussões epistemológicas sofriam a influência deste domínio (Silva, 2005:264). Ou seja, enquanto Gramsci dava conta da influência da hegemonia no processo ideológico, os teóricos frankfurtianos viam que este

⁸ Relativamente hegemonia dos Estados Unidos depois da segunda guerra mundial.

estava limitado na sua esfera de ação, o que evidencia a ligação entre teoria crítica e hegemonia.

Em vista disso, com a influência de Marx e Gramsci, a teoria crítica vê o conceito de hegemonia como a capacidade das classes dominantes de transformarem as suas ideias em ideias dominantes, e consequentemente induzirem as classes subjugadas a admitirem que são governadas em nome do interesse comum, por isso consentem tal governação. Por esta razão, a teoria crítica intervém para impedir que este comportamento repressivo se perpetue, derrubando a mistificação ideológica que sustenta tal comportamento (Santos, 1999: 211).

Portanto, de acordo com Silva (2005), Gramsci chegou ao consenso de que o conjunto de valores das classes dominantes eram disseminados por intermédio das instituições da sociedade civil, cujo resultado era válido para todos, o que acentuava a ideia de consentimento (Silva, 2005: 265). Todavia, existem alternativas para alterar o quadro vigente através da contestação do comportamento hegemónico existente, com a implementação de um bloco histórico⁹ (*Ibidem*), que segundo Cox (1983), Gramsci acreditava que a união entre o Estado e a sociedade compunha uma estrutura sólida que fosse capaz de desenvolver uma estrutura robusta com intuito de substituir o quadro vigente. Essa ação preconizada tanto pela classe dominante, como pela subjugada consubstanciava-se no que Gramsci chamava de bloco histórico (Cox, 1983: 110).

Em suma, a desconstrução do comportamento hegemónico dos atores dominantes face aos atores subjugados no sistema internacional, passa pela contestação deste comportamento hegemónico por parte dos atores subjugados. Tal como alude Silva (2005) “se a perpetuação da dominação da classe governante ocorre por meio da hegemonia, a transformação só poderá advir se a hegemonia for contestada” (Silva, 2005:265).

⁹ O bloco histórico é um conceito dialético, no sentido de que seus elementos- que interagem entre si- criam uma unidade maior (Cox, 1983).

2.2A paz liberal, hegemonia e novas guerras.

A proposta da paz liberal ganha fôlego e capacidade de afirmação internacional no pós-Guerra Fria, altura em que os EUA e o modelo liberal por eles defendido se afirmava hegemonicamente como forma única e eficaz de estruturar as sociedades nacionais e a sociedade internacional (Fukuyama, 1989). Porém, os anos 1990 viram emergir um novo tipo de conflitualidade que Mary Kaldor (1999) batizou de “novas guerras” para as distinguir das guerras tradicionais interestatais clássicas, uma vez que se trata de uma miscelânea composta por violência armada com fins políticos e económicos, crime organizado propagado por um determinado grupo com vista a garantir interesses próprios ou financiar suas ações, caracterizadas em conflitos étnicos e guerras civis, executadas por Estados ou grupos armados contra indivíduos da sua própria região (Kaldor, 1999).

Perante as “novas guerras” (Kaldor, 1999) a comunidade internacional sentiu necessidade de criar respostas eficazes que devolvessem a paz e a segurança internacional não só nos cenários afetados, como em todo o sistema internacional (Ramsbotham *et al.*, 2011; Richmond, 2010; Paris, 2004).

Devido à hegemonia norte-americana, estas respostas tinham um claro pendor liberal. Conforme aponta Roland Paris, a ideia de usar a liberalização como remédio para os conflitos violentos, surge com base no pensamento do presidente norte-americano Woodrow Wilson, uma vez que este considerava, à luz do modelo americano, a democracia e o livre mercado como a panaceia para o desenvolvimento, acreditando que a propagação do modelo liberal constituía na garantia de paz, tanto a nível nacional como a nível internacional (Paris, 2004:40).

Este pensamento wilsoniano, ganhou notoriedade ao ser considerado como meio para garantia da construção da paz liberal, com a democracia e o livre mercado, vistos como ferramentas essenciais para a reconstrução dos países fustigados pela guerra civil. Não obstante, devido ao facto de se ter feito alusão ao modelo wilsoniano no período posterior à 1ª Guerra Mundial (1918), isto é, durante a conferência de Versalhes de 1919, e mais tarde no período pós-Guerra Fria, marcado, particularmente, pelo aumento dos conflitos étnicos e comunitários,

as operações internacionais de consolidação de paz, foram induzidas a assumirem o modelo wilsoniano como o ideal (Paris, 2004:41).

Entretanto, desde a década de 1990, a preocupação com a promoção da democracia e do livre mercado como ferramentas de construção de paz no pós-conflito acentuou-se, em virtude do foco da tese da paz liberal centrar-se no plano internacional, propriamente falando da relação liberalismo e conflitos intraestaduais. Esta relação gerou consensos, suportados também pelo então secretário-geral das Nações Unidas Boutros-Boutros Ghali e o seu sucessor Kofi Annan, que defendiam equitativamente que a liberalização política e económica funcionavam como estratégia criteriosa para a consolidação de paz em Estados dilacerados pela guerra civil (Paris, 2004:42).

“Promover a liberdade efetivamente produzirá a paz” é uma expressão que sintetiza de alguma forma a receita liberal e que foi usada com frequência nos discursos dos presidentes dos Estados Unidos da América, desde Jim Carter a Bill Clinton, encorajando a esperança para um mundo pacífico, estável e próspero (Doyle, 1997:205). A política externa norte-americana tem vindo a suportar os valores democráticos como a panaceia para um mundo melhor, usando assim o velho argumento liberalista, que regimes autoritários e totalitaristas tendem a ser propensos a criar uma guerra, enquanto que, Estados liberais fundados na base do direito individual como igualdade perante a lei, liberdade de expressão e propriedade privada, são fundamentalmente contra guerras (Doyle, 1997:205-206).

A trajetória destas exposições acima referidas, fizeram da paz liberal um discurso hegemónico imbuído de práticas sociais com o objetivo de se tornar dominante. Na esteira destes acontecimentos, o júbilo da democracia liberal transitou para diferentes instrumentos de intervenção internacional¹⁰ usado como retórica para introdução da paz liberal-como-governança,¹¹ com intuito de

¹⁰ Como estratégia de consentimento hegemónico na periferia estas intervenções internacionais ornaram-se, por sua vez, de um modelo padronizado de entender a paz e a sua concretização, tornando-se amplas e tendencialmente mais robusta no que tange ao uso da força interventiva visando a garantia de condições para a construção da paz liberal (pureza, 2009:522)

¹¹ Este percurso gera um quadro de governação global, traduzido numa convergência de padrões institucionais, económicos e sociais, oriundos de um modelo de Estados soberanos, onde cada Estado receptor consente em ceder obrigatoriamente por exigências impostas, sobretudo como condicionantes dos Estados no sistema internacional (*Ibidem*).

legitimar os seus propósitos de transformação social, económica e ideológica (Pureza, 2009:522).

De acordo com Pureza (2009), essa lógica de governação global foi incorporada na “Agenda para Paz de 1992”, através do *Peacebuilding*, *Peacekeeping* e o *Peace enforcement*, outrora vistas como instrumentos das Nações Unidas para fazer face a situações de conflitualidade internacional e de ameaça a paz internacional, ao passo que, hodiernamente são usados como modelos experimentais de organização política, social, e económica ocidentais aplicadas a Estados devastados pela guerra civil (Pureza, 2009: 523).

Por sua vez, Oliver Richmond afirma que, pensar a paz não é uma narrativa que deve ser feita em função do poder dos atores soberanos, mas sim em função da ausência de um debate conceptual sobre a paz, razão pela qual a paz liberal foi assumida por todos como aceitável (Richmond, 2006:292).

O autor refere ainda que “a paz liberal é assumida como não problemática em sua estrutura interna, bem como em zonas pós-conflito, apesar da sua aplicação metodológica estar aquém de ser suave”¹² (Richmond, 2006:292). Isto é, por um lado, as ferramentas da paz liberal, democracia, livre mercado, respeito pelos direitos humanos, quando bem articuladas podem efetivamente criar bases para consolidar a paz (*Ibidem*). Por outro lado, no processo de transição de um regime para o outro pode haver incompatibilidades na aplicação destas ferramentas, o que fará com que o processo esteja inviabilizado (*Ibidem*). Essa incompatibilidade deve-se ao facto de que alguns estudiosos da paz liberal permaneçam somente focados em transições já efetuadas e não no processo de transformação que estejam a decorrer (Paris, 2004:44).

Logo, ao promover a paz liberal como ferramenta ideal para a construção da paz, através da atuação da democracia e do livre mercado como forças sociais que compõem o Estado, são geradas de forma subtil políticas que criam consentimento no seio da sociedade civil e, consequentemente, um comportamento hegemónico, podendo traduzir-se numa probabilidade de exacerbar conflitos, tanto a nível nacional como internacional, na medida em que é feita a conclusão desta transição (Cox, 1981; Richmond, 2006:44). Na mesma

¹² Tradução livre do autor, no original: “The liberal peace is assumed to be unproblematic in its internal structure, and in its acceptance in post-conflict zones, though its methodological application may be far from smooth” (Richmond, 2006:292).

senda de Gramsci (1971) e Cox (1981), Richmond (2006) afirma que a esfera de ação das forças sociais ligadas ao Estado- democracia e livre mercado- acabaram por atingir um patamar ideológico de senso comum no seio da sociedade, uma vez que estes são parte de vários documentos associados a questão de paz e de segurança (Gramsci, 1971; Cox, 1981; Richmond, 2006:292).

Por sua vez, tal como Cox (1981), Mark Duffield considera o modelo de paz liberal uma teoria de resolução de problemas, ao afirmar que a ideia da paz liberal concilia e confunde os princípios económicos e políticos com as políticas de resolução de conflito e reconstrução social, como ferramentas de pacificação de conflitos em países flagelados pela guerra civil, conectando, aprimorando e harmonizando estas ideias (Cox, 1981; Duffield, 2001:11). Deste modo na resposta da paz liberal não se vê, de maneira explícita, formas de desconstrução das desigualdades existentes entre atores internacionais e locais tal como figura na teoria crítica. Por um lado, a vertente humanitária ou política na sua estrutura acaba por perpetuar a dominação dos atores dominantes sobre os atores subjugados, tornando o local dependente do internacional. Por outro lado, a falta de acompanhamento da evolução da relação entre os atores, contribui para o incumprimento do seu objectivo de prevenir e resolver conflitos. De igual modo a falta de atualização dos seus conceitos impede que sejam hábeis na reconstrução dos laços sociais para fortalecer instituições civis de formas representativas, para a promoção do Estado de direito, da economia de mercado e questões de segurança uma vez que estes dependem da ação humana, rejeita-las torna a realidade social inalterável (Nogueira e Messari, 2005:141; Duffield, 2001:11).

Todavia, fazendo apologia ao pensamento de Pureza (2009), esta dissertação vê a paz liberal pelo menos com duas facetas completamente opostas, a primeira como solução para os conflitos, tal como seu conceito induz, e a segunda como um veículo hegemónico que privilegia as normas, os atores e as práticas ocidentais em detrimento das locais (Pureza, 2009). O modelo de paz liberal apesar da sua proliferação para os distintos continentes figura-se numa paz política (Richmond, 2006), privilegiando os Estados ao em vez dos indivíduos, tal como nos atenta, a título de exemplo, as 14 missões de operações de construção de paz lançadas entre 1989 à 1999 (Paris, 2004), onde nalguns casos a paz liberal chega a ser perpetuadora das causas profundas subjacentes ao conflito (Pimenta, 2009:172).

Portanto, diante de um pluralismo metodológico, perspectivas multidisciplinares podem construir modelos conceptuais que sejam operacionais respeitando uma dimensão multinível, ou seja, podem ser envidados esforços, à luz da teoria crítica numa perspectiva de mudança e transformação da realidade vigente, no sentido de se implementar um modelo de paz que efetivamente funcione, e que respeite os atores locais e os globais, através de uma lógica *bottom-up*, onde as comunidades locais possam ter autonomia e controlo sobre o seu próprio processo de paz, diminuindo a influência, bem como a dependência dos atores internacionais nesse mesmo processo (Pimenta, 2009:172). Um modelo de paz que não se reflete diretamente na transformação da vida dos indivíduos, corre o risco de se traduzir apenas num modelo de paz de superfície com um enfoque apenas nas instituições e cujo interesse é apenas uma transferência cíclica de influência puramente política e hegemónica. Vale ressaltar que em vez de se aplicar um modelo de paz universal que pode perpetuar um comportamento hegemónico, o foco do *Peacebuilding* deverá estar voltado para alteração da realidade vigente com a perspectiva de transformar o dia-a-dia dos indivíduos (Cox, 1981:128; Pimenta, 2009 :172).

Em suma pode-se afirmar que a paz liberal tem vindo a se transformar num modelo uniforme de paz com o objectivo de garantir a defesa de interesses de certos grupos em detrimento de outros.

2.3 O modelo de Peacebuilding

Nesta secção, este trabalho apresentará o desenvolvimento das missões de *Peacebuilding* - que de acordo com Oliver Ramsbotham têm sido muito mais abrangentes do que uma simples ideia de afirmação e reconstrução de um Estado, por estar no centro da esfera de atuação da resolução de conflitos (Ramsbotham et al 2011:226) - enunciando a sua mudança face ao modelo tradicional de intervenção, e a aplicação das estratégias do modelo liberal com vista o alcance da paz. Uma vez que esta mudança transformou-se nos dilemas e desafios para sua aplicação, consequentemente aduziu este trabalho a analisar de forma crítica o impacto destas intervenções internacionais no pós-Guerra Fria.

Face a mudança de paradigma no pós-conflito, e o eclodir dos novos conflitos intraestaduais caracterizados nas “novas guerras” tal como descritas por Mary Kaldor (1999), a Organização das Nações Unidas assumiu a

responsabilidade de envidar esforços para a garantia da paz e da segurança internacional, o que motivou a criação das *Peacekeeping Operations*, tendo como ferramentas a prevenção de conflitos ou Diplomacia preventiva, o *Peacemaking*, o *Peacebuilding*- do qual esta dissertação abordará com maior sagacidade- e o *Peace enforcement* (Faganello, 2013:19).

Deste modo, sem nenhuma aparente menção na carta das Nações Unidas, ou mesmo do seu comitê de Manutenção de paz,¹³ referente à definição das missões de paz, a definição do termo Operações de Manutenção de Paz ficou a mercê dos decisores políticos e académicos, sendo que para alguns é preferível a expressão *Peace Operations*, para outros *Peacekeeping Operations*, outros ainda preferem *Peacekeeping Missions* ou até mesmo *Peace Forces* (Uziel, 2015:28).

Neste emaranhado de expressões, essa dissertação elegeu a expressão *Peace Operations*, apesar da ausência de consenso entre terminologias *Peace Operations* vs. *Peacekeeping Operations*. Defensores da primeira argumentam que esta expressão adapta-se melhor em razão de terem sido empreendidas um número gritante de “Operações de Paz” no mundo inteiro por iniciativa dos Estados e organismos internacionais, com realce para as missões de paz da ONU, destacando as *Peace Operations* como o guarda-chuva que engloba todas as *UN mission*, bem como as *non-UN missions*¹⁴ (Faganello, 2013:40).

Portanto, as *Peace Operations*, posicionam-se como um tipo genérico de atividade, podendo ser usadas para prevenir, limitar e gerenciar conflitos violentos, assim como para reconstruir uma sociedade findo um conflito (Paris, 2004:18; Faganello, 2013:41).

Por intermédio da Agenda para Paz de 1992, torna-se conhecido os mecanismos para dar respostas a situações de conflitualidade e segurança internacional. Logo, a ONU tem a seu dispor (além de outros) os seguintes

¹³ Uziel faz referencia a afirmação de Andrew Boyd, alegando que a ONU apresenta uma complexidade natural no que tange a concordância aos nomes atribuídos aos fenómenos e/ou definições, dado ao facto de haver uma certa desconfiança entre os atores (Estados) no momento de designa-los, sob a perspectiva de que uma das partes possa mascarar interesses subjacentes na respectiva denominação e deliberadamente assumir o controlo deste instrumento (Uziel, 2015:28).

¹⁴ Qualifica-se *Peace Operations* Não apenas as missões da ONU, mas também aos desdobramentos militares sem ligação com a ONU, orientados por organizações regionais ou uniões ad hoc de Estados, que partilham o objetivo de servir como um facilitador à implementação de um acordo de paz ou ao auxílio de um processo de paz (Bellamy e Williams, 2010:7).

instrumentos de pacificação: a Prevenção de Conflitos/Diplomacia preventiva¹⁵; o *Peacemaking*;¹⁶ *Peacekeeping*;¹⁷ *Peacebuilding*¹⁸ e *Peace enforcement*.¹⁹

Desta feita, o *Peacebuilding*, afigura-se como um instrumento relativamente recente, que se manifesta numa mistura de várias medidas orientadas para a redução de risco de retomada do conflito violento, através da fortificação das capacidades nacionais, visando uma paz duradoura e autossustentável (Cravo, 2013:22; Faganello, 2013:48). Enquanto modelo de (re)construção da paz, o modelo de *peacebuilding* encontra-se assente em quatro dimensões que refletem as áreas de intervenção dos atores internacionais no terreno: a dimensão militar e de segurança; a dimensão político-constitucional; a dimensão económico-social; e a dimensão psicossocial (Ramsbotham *et al.*, 2011). Neste sentido, urge a necessidade de sublinhar que este processo é complexo e de longo prazo, pois busca examinar a raiz do conflito, assim como as questões estruturais que servem de suporte a problemática.

A mudança de paradigma no contexto das missões de intervenções internacionais para construção de paz, deu-se inicialmente, e sobretudo, pela missão de intervenção da Organização das Nações Unidas no Congo (ONUC) em 1960-1964, dado ao facto desta ter quebrado a regra, envolvendo-se diretamente

¹⁵ Prevenção de conflitos/diplomacia preventiva, consubstancia-se no eficiente emprego da diplomacia, sob perspectiva de aliviar tensões intraestatais e interestatais, sendo que na eventualidade destas tensões terem evoluído e eclodido um conflito, a diplomacia poderá aplicar medidas que lhe permitirão reagir de forma rápida e contundente sobre as causas subjacentes destes conflitos afim de que estes não se tornem violentos (Boutros-Ghali, 1992).

¹⁶ Através deste instrumento busca-se solucionar conflitos em andamento por intermédio de ações diplomáticas, aduzindo as partes hostis a uma composição que resulte num acordo de paz ou cessar-fogo de forma pacífica. Importa salientar que estas diligências podem ser executadas por Estados, Organizações regionais e ONGs (Boutros-Ghali, 1992).

¹⁷ Ocupa-se das atividades desenvolvidas no campo, com o consentimento das partes em conflito, por intermédio da introdução de forças militares, policiais e civis, com o intuito de monitorar a execução de arranjos referentes aos esforços políticos realizados objetivando o alcance de uma solução pacífica e duradoura para o conflito, respeitando o consentimento, a imparcialidade e o mínimo uso da força (Fontoura, 2005 *apud* Faganello, 2013:46).

¹⁸ O *Peacebuilding* é um processo bastante complexo implementado a longo prazo que tem com o objetivo criar condições necessárias para uma paz duradoura (Faganello, 2013:48).

¹⁹ Traduz-se na aplicação de um mandato, autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sem consentimento do Estado objeto de intervenção, uma série de medidas coercivas visando restabelecer a paz e a segurança internacional através do uso da força militar, em situações nas quais o órgão concluir haver ameaça a paz, ruptura da paz ou atos de agressão. Do mesmo modo o *Peace enforcement* pode usar além das forças militares, sanções económicas, políticas e diplomáticas como instrumentos de coação visando reprimir os atores que possam ameaçar a paz e a segurança internacional (Faganello, 2013:49-50).

no conflito (Diehl, 2008:45-46), quebrando o princípio da sagrada trindade “*Holy Trinity*” (Bellamy e William, 2010:173-174), bem como alternando o tradicional *Peacekeeping* (Diehl, 2008:46). No entanto, apesar de ter sido a ONU 1960-1964 a dar abertura à mudança de paradigma, o modelo de intervenção internacional sofreu uma mudança drástica na década de 1990, forçada em função do advento das “novas guerras” (Kaldor, 1999), já com o *Peacebuilding* voltado agora não somente para a supressão de conflitos – i.e. “paz negativa” - mas também para a criação de uma “paz positiva” (Galtung, 1969; Diehl, 2008).

Com o final da Guerra Fria em 1989, a ONU lançou a sua primeira missão de *Peacebuilding* na Namíbia, UNTAG ²⁰ 1989-1990, após um longo período de guerra civil, apesar de haver um certo ceticismo por parte dos observadores relativamente ao crescimento desta indústria, as missões de *Peacebuilding* acabaram por difundir-se para catorze territórios distintos.²¹ Esta difusão do *Peacebuilding* foi feita no intuito de proporcionar assistência aos atores locais em países devastados pela guerra civil, afim de que estes pudessem ser hábeis na prevenção da recorrência de possíveis conflitos, bem como para estabelecer uma paz duradoura e autossustentável (Paris, 2004:13).

Desde então, e para tal, as intervenções internacionais em países fustigados pela guerra civil têm sido suportadas não somente pela ONU, mas também por outras organizações internacionais governamentais, por ONG’s, e instituições financeiras, maioritariamente ocidentais. Num esforço conjunto e concertado, o seu trabalho aspira a introduzir o modelo liberal de estruturação das sociedades como estratégia política para refazer as sociedade pós-guerra (Paris, 2004; Mac Ginty e Richmond, 2009), revestidos de grande entusiasmo face ao impacto que se pode causar no terreno e subestimando os obstáculos que podem ser encontrados (Mac Ginty e Richmond, 2013:37).

Na prática, o desenvolvimento destas operações de paz traduziu-se em exercícios hegemonicamente técnicos, embora fossem vistos como política e ideologicamente neutros, funcionando como base de suporte e promoção de um

²⁰ Tradução livre do autor: Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (Diehl, 2008:175).

²¹ Namíbia 1989; Nicarágua 1989; Angola 1991; Camboja 1991; El Salvador 1991; Moçambique 1992; Libéria 1993; Ruanda 1993; Bósnia 1995; Croácia 1995; Guatemala 1997; Timor 1999, Kosovo 1999; Serra Leoa 1999 (Paris, 2004:3).

modelo de organização política e económica, caracterizado pela paz liberal - democracia e livre mercado- (Paris, 2004:13). Analogamente, este pensamento torna-se incontestável quando a ele se junta a ideia de que, para o alcance de uma paz autossustentável e duradoura, é imprescindível executar quatro tarefas²² básicas, nomeadamente, a devolução do poder do Estado, o fortalecimento das leis, a reestruturação das instituições públicas bem como o direito das populações e a recuperação da economia e da vida social com o retorno dos habitantes a sua vida quotidiana (Faganello, 2013: 48). Contudo, a proliferação deste modelo nas missões de *Peacebuilding* ganhou expressão com o fim da Guerra Fria, uma vez que durante este período o antagonismo entre as duas superpotências e principalmente a diferença ideológica dificultavam a aplicação de qualquer modelo particular em governos domésticos (Paris, 2004: 13-15).

Deste modo, com o triunfo do capitalismo norte-americano e a consequente derrocada do comunismo soviético, o modelo liberal, pautado na democracia e no livre mercado, tornou-se parte da estratégia das agências de *Peacebuilding* na década de 1990, reconhecendo assim a concepção ocidental do liberalismo como o modelo típico de governação e consequentemente de consolidação de paz (Fukuyama, 1989:13; Paris, 2004:19-20).

Assim, prolifera-se a esfera de ação do *Peacebuilding* que presentemente parece não mostrar tanta preocupação com a soberania dos Estados, envolvendo-se diretamente nos assuntos internos, como desarmamento da população e destruição de armas, na capacitação do local sobre questões de segurança e justiça, nos processos de realizações de eleições democráticas, bem como no repatriamento de refugiados e fortalecimento de instituições de governo (Diehl, 2008:9).

Mediante o exposto, o modelo de paz liberal suporta na sua estrutura uma ideia de uma solução técnica, apolítica, eficaz e universal de resolver e prevenir os elementos geradores e perpetuadores da violência, invisibilizando relações de poder a nível internacional e secundarizando a expressão local. Apesar de ter sido registado alguma quietude e uma certa mudança da realidade social de alguns Estados, face á implementação do modelo liberal em países dilacerados

²² Ver Agenda para Paz de 1992, VI-“post -conflict peacebuilding”.
<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>

pela guerra civil (Paris, 2004), a resposta do modelo liberal aos problemas estruturais não foi eficaz, o seu objectivo ficou aquém das expectativas, tornando os seus esforços impraticáveis principalmente pelo facto de cada caso ser distinto relativamente aos demais.

Entretanto, o modelo de paz liberal não pode ser confundido como uma *check-list* de estratégias para o alcance de uma paz duradoura e autossustentável, sob pena de exacerbar tensões sociais ou outros elementos geradores de conflito violento (Paris, 2004:151). Contrariamente ao que tem sido feito, seria considerável levar em conta a posição do local e os seus interesses, ao em vez de se transferir simplesmente um modelo de construção de paz externamente criado e legitimado.

Em parte, o fracasso de algumas intervenções de *Peacebuilding* deveu-se também na aplicação do modelo de paz liberal como estratégia de pacificação (Paris, 2004:151). Porém, é importante compreender que o modelo de paz liberal apesar de ter falhado, ainda pode ser revisto. Porquanto que a compreensão dos diferentes modos de construção da paz, bem como as distintas graduações da paz liberal, permitirão desvendar os dilemas que minam a construção de paz, proporcionando uma análise detalhada de cada intervenção, e da ineficácia dos seus objetivos (Richmond, 2006:292).

Em suma, vários são os atores que se comprometem com a consolidação da paz e a promoção do modelo liberal como a panaceia para os conflitos, contando que muitos se tornam defensores ativos do modelo liberal de democracia e livre mercado (Fukuyama, 1989). O consenso em torno do modelo vai muito além dos Estados individualmente considerados, tendo-se expandindo para organizações internacionais e agências especializadas da ONU (Richmond, 2006), desde os blocos regionais como a União Europeia (UE), passando pelas instituições de *Bretton Woods* (FMI e BM), a OTAN e mesmo ONGs (Paris, 2004:22) e academia. Assim, este percurso fez do modelo de paz liberal ser hegemonicamente percebido como antídoto para as questões de conflitualidade no pós-Guerra Fria.

Assim, as missões internacionais de construção de paz implementaram como estratégia na sua esfera de ação o modelo de paz liberal como medida para reerguer as sociedades afetadas pelas guerras civis.

2.3.1 Críticas à intervenção

O ímpeto da intervenção internacional na década de 1990, destinado a criação de condições para uma paz que fosse autossustentável e duradoura, com a ONU como o principal protagonista, foi alvo de críticas que se incidiram essencialmente sobre a natureza pradonizada do modelo de intervenção ou seja, sobre o "*UN's Standard Operating Procedure*" (Ramsbotham, 2000; Clapham, 1998). Esta é uma crítica central às iniciativas das intervenções internacionais neste domínio, por este funcionar como um modelo de padrão uniforme aplicado de forma universal as sociedades no pós-conflito, sem levar em conta as especificidades do local onde é aplicado (Santos, 2010: 146-147).

De acordo com a autora, duas ideias fundamentais elucidaram a crítica a atuação do modelo. A primeira por fazer referência que cada conflito é único e apresenta suas características específicas, e a segunda faz menção que para construção de uma paz duradoura e autossustentável é imprescindível ter em conta o papel do local (Santos, 2010: 147). De certo modo, ao abster-se destas ideias o modelo de intervenção revela um carácter autoritário perpetuador de dinâmicas *top-down*.

Com efeito, a par da crítica central acima referida, surge uma crítica contundente que afirma que consiste no modelo de intervenção como promotor de paz liberal, por meio da democracia liberal e da economia de mercado, que acabaram por exacerbar tensões em Estados dilacerados pela guerra civil, e nalguns casos a retomada de conflitos violentos (Cravo, 2013:27; Paris, 2004). No entanto, Paris (2004) afirma que o fracasso nas missões de *peacebuilding* deveu-se em função da rápida implementação das estratégias – democracia e livre mercado- antes mesmo dos Estados onde o processo foi implementado estivessem preparados para tal (Paris, 2004:8). O autor vai mais além ainda sugerindo o Institucionalizar antes de liberalizar²³ (IBL) como estratégia alternativa aos efeitos do fracasso do modelo de intervenção (Paris, 2004:7).

Entretanto, as mesmas estratégias promovidas pelo modelo de intervenção democratização (realização de eleições periódicas e respeito pelos direitos básicos) e liberalização económica (redução da ação do Estado na economia e

²³ Tradução livre do autor. No original: Institutionalization Before Liberalization.

uma maior abertura para os investidores privados) podem gerar graves problemas (Paris, 2004:5). O primeiro reacende o risco da retomada de conflitos violentos em caso de contestação do resultado das eleições (Cravo, 2013:27), a título de exemplo o caso angolano nas eleições de 1992, que originou a retomada de conflito e colocou em causa a credibilidade das instituições democráticas gestoras do processo eleitoral.

O segundo promove um *boom* artificial (*Ibidem*), ou seja, um crescimento económico que não é acompanhado por um desenvolvimento. Não obstante, esta estratégia pode produzir uma especulação no sector privado benéfica para a imigração, e consequentemente gerar tensões sociais (Cravo, 2013: 27).

A restrição financeira da própria organização, o número reduzido de recursos humanos qualificados, a dificuldade na coordenação e comunicação entre a gestão das missões no terreno e a sede da organização em Nova Iorque, assim como a deficiente e apressada recolha de informação (Cravo, 2013:26), colocaram em *xeque* as intervenções, pois estas tiveram que remeter-se a necessidade do aumento do número de países contribuintes, independentemente de quais fossem os seus interesses nas regiões onde tal intervenção fosse feita, colocando em risco a imparcialidade da mesma (*Ibidem*).

Consequentemente, o modelo liberal usado como estratégia política passou a ser pouco credível do ponto de vista de resultados preconizados, em função do crescimento do antagonismo entre os atores envolvidos na guerra civil, o que obrigou a ONU a intervir sagazmente e dirigir os destinos destes países, dando uma forte abertura para que houvesse privilégios do capital internacional e naturalmente a redução do papel do Estado nacional, através da implementação do sector privado em países fustigados pela guerra civil, elevando a fasquia do modelo liberal por intermédio do poder de decisão dos doadores internacionais em apenas contribuir com quem alinhasse com o modelo liberal, causando assim a exclusão desses países do sistema capitalista.

De facto, na maioria dos casos, a intervenção internacional aos países saídos da guerra civil não obedece a elaboração de um modelo com políticas específicas, tendo em conta a natureza do conflito, mas sim acaba por perpetuar um modelo de paz que maioritariamente condiciona os objectivos da intervenção. É importante que se torne patente, que a crítica feita tanto ao modelo quanto à

intervenção, não tem que ver com a origem ocidental ou não ocidental, porém grandemente com as políticas e práticas que têm sido implementadas.

Portanto, a esfera de intervenção do *Peacebuilding* ampliou-se de tal modo, que monopolizou a construção da paz, preocupando-se maioritariamente em cumprir as estratégias e os *timings*, deixando de fora os atores locais bem como suas pretensões (Santos, 2010; Cravo, 2013), estando assim impedida de atuar de forma assertiva na essência do conflito, com vista a sua resolução. Assim o modelo de paz liberal empregue nas intervenções internacionais, funciona como uma *check-list* implementadas em países dilacerados pela guerra civil (Paris, 2004), antes mesmo que a sua implementação obedecesse a uma análise pormenorizada da situação vigente.

Conclusão

No que concerne a abordagem da paz liberal como projeto hegemónico no sistema internacional este capítulo explanou que, em função da desigualdade existente na relação entre os atores no sistema internacional, a teoria crítica nas Relações internacionais reveste-se do contributo dos cientistas da escola de Frankfurt para desconstruir as formas de desigualdade existentes. Para tal, ela contraria a máxima realista sobre o mundo e suas relações, demonstrando as principais vias alternativas emancipatórias em detrimento do comportamento hegemónico existente.

Ademais o contributo da escola de Frankfurt permitiu uma transformação profunda nas formas de teorização existentes, com a teoria crítica a evidenciar uma nova identidade filosófica que contraria os princípios filosóficos tradicionais, através de ideias emancipatórias. Analogamente, Cox adapta o contributo da escola de Frankfurt, sobretudo a proposta de Horkheimer, para a realidade das Relações Internacionais demonstrando que além da transformação do sistema internacional, a teoria crítica indica diferentes formas de perspetivar a realidade vigente, opondo a qualquer teoria o posicionamento de modelo universal.

Consequentemente, todo este percurso da teoria crítica torna evidente um comportamento hegemónico no sistema internacional, cuja perspectiva de Gramsci (1970) contribui para a percepção das desigualdade nas relações entre os atores no sistema internacional, onde o posicionamento dos atores dominantes

prevalecem sobre os atores subjugados.

Esta desigualdade ficava expressa no processo de construção de paz, com a imposição do modelo de paz liberal como modelo ideal de construção de paz no período pós-Guerra-Fria. Deste modo, três fatores preponderantes contribuíram para um comportamento hegemónico dos atores internacionais, nomeadamente, o fim da Guerra-Fria e a hegemonia norte-americana, o advento das novas guerras, e a paz liberal como resposta aos conflitos existentes a partir dos anos 1990.

Por fim, sob a perspectiva de criação de uma paz autossustentável e duradoura, os modelos e intervenções de *peacebuilding* acabaram por demonstrar a fragilidade da paz liberal como resposta para a construção de paz em países dilacerados pelas “novas guerras”, uma vez que não têm em atenção a especificidade de cada região e cada conflito, mas antes os interesses hegemónicos do sistema internacional.

Outrossim, reside também na ideia de um modelo liberal que exacerbaria a dependência dos atores locais face aos atores internacional, fomentadas por meio das intervenções de *peacebuilding*, cuja objectivo principal era a implementação de estratégias e *timings* em detrimento da alteração da situação vigente.

Perante esta trajetória da paz liberal como hegemonia surgiu a necessidade de rever as dinâmicas do processo de construção de paz, nomeadamente através da inserção ativa de atores locais nos processos de paz, como veremos no capítulo seguinte.

II. Entre o *local-turn* e a hegemonia liberal: O Regionalismo como hibridez e instrumento de mediação e pacificação.

Este capítulo explora a dicotomia '*local turn* e hegemonia liberal' no processo de construção de paz, através do reconhecimento da inserção dos atores locais para a garantia de uma construção de paz autossustentável e duradoura e que ganha forma desde o empoderamento de atores locais na gestão e controlo das operações de paz à criação de instituições e espaços para o exercício de *agency* local na gestão e condução do processo de paz. Esta análise centra-se no contexto de cenários de pós-conflito, onde os processos de peacebuilding têm sido protagonizados por atores do norte global e do sul global (Mac Ginty e Richmond, 2009), e que é frequentemente marcado pelo posicionamento resiliente dos atores locais face ao comportamento hegemónico dos atores dominantes do sistema internacional.

Na atual hegemonia liberal, a paz liberal – que espelha precisamente essa hegemonia a nível global - tem servido como forma de governar o sistema internacional tanto no centro como na periferia através da implementação de reformas políticas e económicas a fim de conseguir instaurar um programa liberal, principalmente em situações de pós-conflito, através da garantia da “boa governança” que é assegurada por meio da instauração de uma democracia liberal representativa, a realização de eleições democráticas periódicas, a garantia de direitos humanos, Estado de direito e a liberalização económica (Doyle, 1997; Chandler, 2010; Seixas, 2013).

Estando detetadas as falhas no modelo de paz liberal, que se sintetiza num modelo hegemónico de construção de paz, torna-se necessário o reconhecimento das regiões marginalizadas e, consequentemente, a inclusão dos atores locais para estabilizar a relação entre os atores no sistema internacional e garantir a criação de uma paz duradoura e autossustentável no contexto de hegemonia liberal (Richmond, 2010). No entanto, perante a tensão e as dinâmicas que encerram este binómio (*local turn* e hegemonia liberal), o regionalismo emerge como uma possibilidade que de forma híbrida: permite uma convergência e coordenação de estratégias *top-down* ao mesmo tempo que abre espaço para

garantir uma maior proximidade entre os atores e, consequentemente, a consolidação de uma paz duradoura e autossustentável.

Uma vez que para contrapor a lógica hegemónica é necessária a garantia de algum tipo de participação *bottom-up* na construção da paz liberal, o regionalismo emerge como uma possibilidade de se envidar esforços conjuntos para a criação e implementação de políticas que visam diminuir os obstáculos ao desenvolvimento de uma região, caracterizado pela vontade política dos atores (normalmente Estados que partilham o mesmo território) para reconciliar interesses estaduais, garantir a livre circulação de pessoas e bens, além de promover a cooperação e a segurança das partes integrantes (Mello, 1999; Fawcett, 2005; Sousa e Mendes, 2014).

Com efeito, para a execução do regionalismo são implementadas estratégias de integração regional políticas e económicas, entre outras²⁴ que, de forma abrangente, garantem o sucesso e sustentação do processo de cooperação e, por vezes, integração através da facilitação de fluxos financeiros, investimentos estrangeiros, harmonização tributária interna, e instituições para gestão do processo de integração (Andrade, 2011; Vunge, 2017), entre outros – dependendo do tipo de motivação que leva à organização regional.

Não raras vezes estes processos são influenciados por modelos de integração já experimentados e postos em prática,²⁵ sobretudo no norte global liberal, reforçando e validando a hegemonia liberal.²⁶

Não obstante ao que fora acima referido, o regionalismo é um fenómeno político e económico que resulta da convergência de esforços por parte de diferentes Estados de uma determinada região, sob o olhar atento da Comunidade Internacional, a partir de uma lógica centrípeta (protecionista) para uma esfera centrífuga (integracionista) (Andrade, 2011:77), tendo em vista o reforço da colectividade e a soberania para uma maior participação na esfera internacional.

²⁴ A par da dimensão económica e política, o processo de integração regional engloba as dimensões sociais e culturais (Vunge, 2017:39).

²⁵ O movimento de integração regional ganhou ritmo entre as décadas de 1960 e 1980, porém foi na década de 1990 que este teve maior expressão, com a concretização do modelo de integração europeia nas vestes de modelo paradigmático (Andrade, 2011:77).

²⁶ Por exemplo: o posicionamento hegemónico da França sobre os sete países partes da união monetária na Comunidade Económica dos Estados da África Central (Vunge, 2017:40-41).

Portanto, apesar de todos estes entraves e constrangimentos, a paz liberal e o regionalismo funcionam como possíveis vias de mediação e pacificação de conflitos, frequentemente com cariz hegemónico, que forçam a criação de um espaço híbrido de consentimento mútuo, onde se desenvolvem as dinâmicas de *top-down* e de *bottom-up*,²⁷ visando a construção da paz num cenário de pós-conflito.

2.1 Local turn

No âmbito do processo de intervenção, bem como da implementação do modelo de *peacebuilding*, o local afigura-se como um elemento imprescindível para o processo de construção de paz liberal, através da hibridização (Richmond e Mitchell, 2012:11). Deste modo, o *Local turn* preocupa-se em demonstrar a importância do Local e as suas respectivas agências em contexto de construção de paz, tendo em conta uma dinâmica potencialmente emancipatória para construção de paz, através de uma perspectiva *bottom-up*, quebrando o paradigma *top-down* tradicional de construção de paz.

John Paul Lederach é uma das maiores referências na apologia da participação do local nos processos de *peacebuilding*. Para o autor, é imprescindível, a criação de um conceito de construção de paz que tivesse em conta o *local*, através do empoderamento de pessoas para assegurar o processo de construção de paz, sem que este dependa ou esteja de alguma forma condicionado a atores externos (Lederach, 1997; Paffenholz, 2015:858-859).

Desta feita, a ênfase no local sucede como uma abordagem que permite que se preste maior atenção às especificidades das comunidades em (re)construção pós-guerra, sobretudo à sua agência com vista a facilitar a construção de uma paz positiva numa determinada região, de forma ampla e participada pelos atores locais (Mac Ginty e Richmond, 2013). Esta ferramenta funciona como um elemento de oposição aos ditames ocidentais de transferência automática e linear de modelos de construção de paz cujo suporte deriva das perspetivas epistemológicas do 3º debate das Relações Internacionais, o que evidencia uma conexão com a teoria crítica (Mac Ginty e Richmond, 2013:763; Paffenholz, 2015:857). Assim considera-se que o *Local turn* revela uma mudança

²⁷ Refere-se a inserção da participação dos atores locais subjugados nos projetos de âmbito internacional (Pimenta, 2009:174).

fundamental no projeto de construção de paz liberal, ao fazer sobressair os indivíduos como elementos centrais no processo de *Peacebuilding* (Paffenholz, 2015). Dada a sua proximidade e capacidade de agência, o local é tido como um agente central na consolidação de uma paz duradoura (*Ibidem*), podendo ser definido por um conjunto de instituições estatais e não estatais, grupos de sociedade civil e partidos políticos (Schierenbeck, 2015:1024) que atuam diariamente e com as comunidades em prol da superação da violência e da construção da paz (Leonardsson e Rudd, 2015:833).

A inclusão do local no processo de *Peacebuilding* permite que se dê ouvidos e que se faça ouvir as vozes dos agentes e instituições que velam pela administração do processo no local. Em contrapartida, não levar o papel do local em conta faz com que o processo de construção de paz liberal seja assumido por atores externos através de uma lógica *top-down* que implementam o processo e transformam a população local em meros espectadores da reconstrução da sua própria sociedade, não sentindo as suas vozes ouvidas, não se revendo no processo, particularmente visível nos casos cuja leitura sobre as causas dos conflitos diferem abismalmente entre a visão dos atores locais e os atores internacionais (Leonardsson e Rudd, 2015; Paffenholz, 2015; Schierenbeck, 2015).

Tal como refere Kishore Mahbubani:

Os cidadãos do Resto²⁸ do Mundo estão a deixar de acreditar que são passageiros indefesos numa vida determinada pelo destino e a desenvolver a crença de que podem assumir o controlo das suas vidas e, com apoio da lógica racional, obter melhores resultados (Mahbubani, 2018:27).

Ademais, o exemplo da conferência de Berlim de 1885 demonstra como a ausência da participação do local durante as negociações que determinaram de forma violenta o destino das suas geografias e das suas sociedades tornou-se devastadora. Logo, a construção de paz a partir de geografias díspares (sobretudo do norte global) das zonas de conflitos pode perigar gravemente a

²⁸ A expressão “*west and rest*” representa um conjunto de ideias complexas, usadas para fazer referência a diferença entre tipos de sociedades ou nível de desenvolvimento destas sociedades (Hall, 1992:185).

resolução de conflitos, exacerbando a violência como mostra o caso do genocídio no Ruanda em 1994 (Ferreira, 1998:47), bem como o caso da região dos Grandes Lagos africanos, representando um exemplo paradigmático, onde a leitura errônea das causas dos conflitos pelos atores externos (Aapengnou, 2010) sublinham a necessidade do envolvimento e da participação ativa do local nos processos de paz e de reconstrução pós-conflito para que estes sejam sustentáveis e bem-sucedidos. Por essa razão, é imprescindível optar por envolver diretamente atores locais dada a sua proximidade local, a visão mais abrangente dos conflitos na sua região (Paffenholz, 2015) e a necessidade de as comunidades poderem decidir o seu futuro.

De um modo geral, não significa que não deve haver parcerias entre o norte global e o sul no que tange a construção de paz. As parcerias entre agentes locais e internacionais são importantes para este campo de ação (Paffenholz, 2015:860). Porém, é extremamente importante levar em conta o local para uma resolução abrangente, assertiva (Mac Ginty e Richmond, 2013; Leonardsson e Rudd, 2015) participativa e, por isso, emancipatória da situação.

Mac Ginty e Richmond (2013) argumentam que a arquitetura internacional de construção de paz está composta por uma série de ferramentas para compreender os dilemas da construção de paz, o que a torna eficaz na conclusão do seu objectivo. Porém, o que sucede no local é tão intenso que muitas vezes é pouco compreendido por essa arquitetura internacional de paz (Mac Ginty e Richmond, 2013:764). Isto é, não se trata de uma romantização da importância do local (Richmond, 2009), mas sim de conceder direitos que lhes cabem para arquitetar ideias e construir um futuro próspero sem se subordinar excessivamente a um modelo de construção de paz e desenvolvimento baseados unicamente na paz liberal. Apesar de concederem um apoio vantajoso, os atores externos devem ser não mais do que meros assistentes na tomada de decisão sobre que tipo de paz será construída localmente (Leonardsson e Rudd, 2015:827).

Apesar disto, a arquitetura internacional de construção de paz exagera a dependência de um posicionamento hegemónico do norte- dominante - para um sul- que se quer periférico – razão pela qual comumente o sul é considerado incapaz de concretizar suas próprias pretensões, além de se atentar que o local está frequentemente ocioso quanto à construção de paz e o melhoramento do

bem estar social. Este último fator eleva o liberalismo como tendência universal para a construção de paz (Fukuyama, 1989; Mac Ginty e Richmond, 2013: 765). Todavia, isto fez com que os atores externos estivessem imbuídos de uma cegueira estratégica que os impossibilitou aprimorar o modelo de construção de paz liberal (Mahbubani, 2018:58).

Sem desmerecer a arquitetura internacional de paz, que é fundamental para a construção da ordem e segurança internacionais (o que traz algumas garantias), esta dissertação é apologista da perspectiva de Mac Ginty e Richmond (2013) de que a compreensão da dinâmica de construção de paz das agências do norte global atendem a uma certa limitação na identificação e abordagem às causas profundas dos conflitos, especialmente para os conflitos no continente africano, o que de certa forma compromete uma resposta efetiva de construção de paz (Mac Ginty e Richmond, 2013: 765).

Analogamente, a arquitetura internacional de construção de paz faz *jus à* ideia de Robert Cox (1981), reforçada por Nogueira e Messari (2005), sobre o facto de o modelo de peacebuilding liberal estar ancorado numa ótima e lógica de problema-solving e, assim, atuar como resposta aos problemas e necessidades dos atores dominantes do sistema internacional. A lógica de problema-solving aliada ao consenso que se gerou em torno do modelo reforça ainda mais a hegemonia dos atores dominantes do sistema internacional (Cox, 1981: 128-129; Nogueira e Messari, 2005:140) e as estruturas que muitas vezes estão na génese da conflitualidade violenta das “novas guerras” (Kaldor, 1999).

Contudo, é legítimo que se questione a ação desta arquitetura internacional de construção de paz liberal, uma vez que esta demonstrou fraquejar na construção de paz nalgumas regiões, tal como aponta Roland Paris na análise feita às 14 missões de *Peacebuilding*²⁹ realizadas em países fustigados pela guerra civil durante a década de 1990 (Paris, 2004:6).

Devido ao facto de que as perspectivas de consolidação de paz advêm de um norte global, tendencialmente a maioria das iniciativas de construção de paz idealizadas e realizadas no sul global são consideradas atípicas e muitas vezes com pouca sagacidade face aos problemas (Mac Ginty e Richmond, 2013:764).

²⁹ Namíbia (1989); Nicarágua (1989); Angola (1991); Camboja (1991); El Salvador (1991); Moçambique (1992); Libéria (1993); Ruanda (1993); Bósnia (1995); Croácia (1995); Guatemala (1997); Timor- Leste (1999); Kosovo (1999) e Serra Leoa (1999).

Logo, a construção de paz é fortemente influenciada por uma perspectiva sistémica ocidental de construção de paz centrada numa visão externa e não local, que transforma o local numa vítima desprotegida necessitada com urgência de uma intervenção de conhecimentos privilegiados de construção de paz, que operacionaliza a paz liberal forçando a criação de instituições despreparadas para à realização de eleições, e inspira uma aderência ao liberalismo sem precedentes (Paris, 2014; Mac Ginty e Richmond, 2013; Cox, 1981).

Contudo, essa perspectiva nega a emancipação que pode ser construída através do *Local turn*. Enquanto a comunidade internacional olhar para o local como receptor de paz e não como recurso imprescindível para o processo, o local será constantemente excluído e a autossustentabilidade do processo estará sempre aquém das expectativas (Leonardsson e Rudd, 2015:826). Portanto, a ideia de arquitetura internacional de paz deve apoiar o local em vez de o rotular. Logo, enquanto a arquitetura internacional de paz exacerbar um posicionamento hegemónico do norte em detrimento das pretensões dos atores locais, existirá sempre este abismo no processo de construção de paz entre atores locais e atores internacionais.

Em suma, para a criação de uma paz duradoura e autossustentável é imprescindível que se mude a forma tradicional/convencional de construção de paz, que obedece uma lógica *top-down*, favorece os interesses dos autores externos em detrimento dos atores locais e culmina com a imposição de instituições estatais - locais - fracas do ponto de vista político e económico, sendo estas aos olhos da população local e incapazes de dar respostas aos problemas existentes (Gomes, 2013:65).

2.2 Híbridez como resultado da construção de paz.

O processo de híbridez é uma realidade diária das sociedades atuais. Enquanto conceito, a híbridez caracteriza-se por constituir uma fusão de ideias e práticas desenvolvidas na relação entre diferentes atores, num vasto período de tempo, podendo ser harmoniosas ou não (Mac Ginty, 2012: 209). Analogamente, ela pode ser compreendida como um campo onde dois atores completamente distintos (em todas as esferas) questionam as aspirações uns dos outros, mas

ainda assim concedem um espaço de interação entre si, em defesa de um interesse comum (Toledo e Facchini, 2017). Logo, esta dissertação apresenta a hibridez como resultado da construção de paz, com o qual os atores na sua globalidade, quer seja a nível internacional como nacional, remodelam as normas, as instituições e as referidas atividades por meio de práticas quotidianas, tais como uma maior interação verbal, planeamento, bem como conflitos manifestos (Richmond e Mitchell, 2012: 1).

Assim, a hibridez, como resultado de uma construção de paz, surge em função da percepção das lacunas do modelo de paz liberal- democracia e livre mercado-, obrigando os atores dominantes do sistema internacional a cederem uma maior abertura aos atores subjugados. Todavia esta estratégia de hibridização concede maiores privilégios aos atores dominantes para garantia dos seus interesses, uma vez que estes possuem mais recursos económicos e de produção de normas e focam-se principalmente em questões de segurança e instituições políticas de governança (Richmond, 2010:319).

No entanto vale ressaltar que a hibridez não é apenas a junção de dois atores em favor da garantia dos seus interesses, mas sim um processo dinâmico e complexo que se edifica gradualmente através do quotidiano de negociação, de forma consensual (Toledo e Facchini, 2017: 165).

Como foi apresentado na secção anterior, a percepção da importância do local impôs uma mudança no processo de construção de paz, sobretudo na garantia de mecanismos participativos de construção de uma paz duradoura e autossustentável. Deste modo, no período pós-Guerra Fria, a hibridez tornou-se a escolha dominante face à liberalização, na medida em que esta se expressa no modelo de relação entre os atores locais e os atores internacionais, marcada pela resistência e tentativa de remodelação das iniciativas de construção de paz por parte dos atores locais (Richmond e Mitchell, 2012: 7-8).

Nos últimos tempos tem sido notável as lacunas existentes no processo de construção de paz liberal. Segundo Richmond (2010), este facto serviu de base para analisar as possíveis vias para contrapor esta problemática. Houve, assim a necessidade de equilibrar e de transformar as dinâmicas de construção de paz, tornando-as duradouras, participativas e autossustentáveis, sendo tal facto garantido através da inserção dos atores locais no processo de construção de paz. Esta inserção serviu para contrapor a ortodoxia tradicional da construção de

paz liberal que atua como um canal de transferência de condicionalidade e dependências no processo (Richmond, 2010:297). Deste modo, atualmente o processo de construção de paz liberal acaba por espelhar interesses e experiências locais bem como internacionais transformando-se numa forma híbrida de construção de paz por meio de instituições internacionais e agências locais, que demandam dinâmicas *top-down* e *bottom-up*.

No entanto, considerando o reconhecimento das regiões, através da inserção do local no processo de construção de paz, a implementação da construção de paz no terreno fica à mercê das dinâmicas de hibridização que ocorrem entre o internacional e o local, sendo que para uma melhor percepção sobre as dinâmicas deste processo é essencial entender como a intervenção se desenrola no terreno, razão pela qual Richmond e Mitchell referem que “o quadro de paz quotidiano, não evidencia a criação de uma paz mundana” (Richmond e Mitchell, 2012: 1), pelo contrário indica a cautela para as dinâmicas e interação que fazem de cada processo de criação da paz um processo único (*Ibidem*).

Por conseguinte, a construção de paz híbrida³⁰ (quotidiano e resistência) acarretam consigo uma série de questões, particularmente, sobre a forma como as agências se expressam, o nível de autonomia dos atores locais, como são manifestas a aceitação, cooptação, a resistência e a rejeição no processo de construção de paz, bem como o posicionamento dos atores internacionais, das ONGs, e das instituições relativamente a questões sobre segurança, democracia, Estado de direito e sociedade civil. Estas questões apontam para a eventual possibilidade de se considerar que o fracasso da construção de paz liberal concede abertura para se considerar o sucesso das reivindicações da autonomia do local, consagrando assim bases à política local para confrontar a paz liberal e implementar um projeto de construção de paz, tendo em conta as suas necessidades (Richmond e Mitchell, 2012:2).

Todavia, tem sido comum nos debates das Relações Internacionais perpetuar a visão do modelo de paz liberal ao em vez de o contrapor, o que lhe dá mérito como padrão de análise da construção de paz nas Relações Internacionais. Estes debates são instituídos por meio da confiança no

³⁰ Consiste num processo pelo qual a paz se torna híbrida mediante a projeção do internacional, todavia levando em conta valores e costumes locais (Toledo e Facchini, 2017:166).

estabelecimento de locais de poder, internacionalmente monitorizados ou controlados por Estados, funcionários públicos, elites locais e doadores internacionais, cujo papel é construir relatórios para governanças da política, da economia e da sociedade (Richmond, 2010: 299).

Esta dissertação faz referência à ênfase na sociedade civil, para realçar a importância desta no policiamento dos regimes e dos padrões de governança. No entanto, a paz liberal estabelece modos de governança nas áreas temáticas cruciais, como políticas, económicas e sociais, que são tidas como universais e assumidas como tendo sido consentidas *a priori* por todos, ainda que mantenham graus de soberania (Richmond, 2010). De facto, a paz liberal está voltada maioritariamente para os Estados, assim como as instituições que o compõem, de maneiras a que:

A teoria de Relações Internacionais prioriza os métodos de pesquisa designados a acessar o internacional: diplomatas, elites locais, funcionários públicos, instituições, aparatos militares e suas estratégias, de modo que há pouca consideração de estes lapsos ocorrerem (Richmond, 2010:300).

Saliente-se que a paz liberal manifesta-se em instituições formais e marcos regulatórios que ajudam a aceitação do Estado no sistema internacional e do sistema internacional no Estado (vice-versa), sendo implementada por atores externos de forma quase coerciva – numa lógica de condicionalidade ou dependência (Richmond, 2010; Duffield, 2001). Assim sendo, mesmo nos casos em que há uma cedência de espaço para expressão e participação local, a força hegemónica do internacional é de tal ímpeto que a paz construída continua a registar uma prevalência clara do institucional formal que negligencia os interesses dos indivíduos e a expressão local (Richmond, 2010: 300). Numa lógica de hegemonia de construção de paz internacional e de acomodação das realidades locais ao sistema internacional vigente, os esforços de construção de paz privilegiam os Estados e as instituições de governança em detrimento dos indivíduos (*Ibidem*).

Mesmo no contexto de resultados híbridos, ou seja, em que há também uma presença forte de elementos locais, estudos de casos analisados na obra de Richmond e Mitchell (2012) demonstram existir maior probabilidades do processo

de hibridez responder maioritariamente às necessidades dos atores internacionais em detrimento dos atores locais, pois nalgumas vezes estes processos são marcados por uma cooptação ou corrupção por parte das elites locais, tendendo assim a não melhorar ou a equilibrar a situação vigente por falta de atenção ao quotidiano dos cidadãos comuns (Richmond e Mitchell, 2012:8).

De igual modo, a comunicação deficiente entre os atores internacionais e locais impede que estas relações sejam equilibradas e que sejam levadas em conta as reivindicações dos atores locais (Cravo, 2013). Além do mais, os atores internacionais usam também a possibilidade de um resultado híbrido para garantir o seu processo de dominação (Richmond, 2010:321-322).

Contudo, a hibridez apresenta-se como uma crítica às intervenções de paz liberais, e por isto, na visão de muitos decisores políticos, ela representa uma ameaça ou falha, ao em vez de ser considerada como um mecanismo de resistência e autonomia dos atores locais, que abre ainda mais o fosso existente no processo de construção de paz entre os atores locais e os internacionais (Richmond e Mitchell, 2012:8; Richmond, 2010:321-322; Toledo e Facchini, 2011:165).

Entretanto, a intervenção para a construção de paz foca-se em 5 elementos básicos para contestar o processo de hibridez, estes elementos vão desde a Segurança, Democracia (com a inclusão do parlamento, boas práticas, e realizações de eleições periódicas), Estado de Direito (com ênfase na Constituição, Direito e aplicação de leis), Desenvolvimento dos mercados e da sociedade civil (através da administração e técnicas de governança) (*Ibidem*). Estes elementos são implementados por intermédio da aceitação, da hibridez como instrumento para moldar e executar políticas, cooptação e diversão, assim como a resistência ou autonomia, desfavoravelmente a organização. Estes mecanismos demonstram como funcionam as lógicas de aceitação, tática e a hibridez das formas de agência em contextos específicos (Richmond e Mitchell, 2012:9).

Ademais, o processo de hibridização perpetua um comportamento de dominação por parte dos atores internacionais, ao mesmo tempo que exacerba a dependência dos atores locais no processo de construção de paz (Richmond, 2010:321). Fim ao cabo, o processo de hibridização é constantemente marcado pelo posicionamento hegemónico dos atores dominantes, o que lhe torna

naturalmente cíclico, numa lógica *Top-down*, embora os atores locais possam estar imbuídos de um potencial emancipatório, manifestado através de dinâmicas *Bottom-up* (Richmond, 2010:324; Richmond e Mitchell, 2012:8).

Portanto, o processo de hibridez apresentaria outras nuances caso os atores internacionais se predispussem a materializar na sua agenda liberal um conhecimento mais fortalecido sobre o local, e um comportamento menos coercivo e mais apelativo com o local (Richmond, 2010: 320). A paz não pode ser implementada de forma coerciva sem que haja consentimento e participação por parte de todos, independentemente de se tratar de atores internacionais considerados influentes ou não (Richmond, 2010: 321), o processo de paz híbrida frequentemente construído tem induzido os atores locais, as elites, as instituições e a sociedade civil a consentirem e cooptarem as normas e instituições que compõem a paz liberal, submetendo-se sob sua orientação, favorecendo um comportamento hegemónico dos atores internacionais (Richmond, 2010: 322).

Logo, a ausência de consentimento e consenso por parte dos atores locais condicionam a implementação e a prevalência da paz positiva, uma vez que o processo deve obedecer uma convergência de esforço mútuo entre os atores locais e os atores internacionais. analogamente, esse consentimento deverá permitir aos indivíduos e grupos a representarem-se a si mesmos (Richmond,2010: 325).

2.3 Regionalismo como instrumento de mediação e de pacificação: entre a ordem hegemónica e a afirmação do localismo.

Esta secção dedica-se à análise do regionalismo, como mecanismo de mediação e de pacificação no contexto liberal, tendo em conta o posicionamento de uma ordem hegemónica que é coabitada pela necessidade de abrir espaço para a Agency dos atores locais.

O regionalismo caracteriza-se num processo pelo qual os diferentes atores (comummente Estados de uma mesma região) convergem esforços para reforço e cooperação no âmbito das dinâmicas sociais, políticos, económicos e de segurança (Mello, 1999).A partir dos anos de 1960 e 1980 com base numa perspectiva centrífuga (integracionista), as mudanças significativas começaram a ganhar ritmo, porém o impulso decisivo que veio a catapultar o regionalismo deu-se na década de 1990, com a criação da União Europeia, fruto do tratado de

Maastricht de 1992 (Andrade, 2011:77). Este facto permitiu um comportamento hegemónico das potências ocidentais que passaram a influenciar o processo de integração a nível mundial, uma vez que o modelo de integração traduzido na União Europeia passou a ser o exemplo paradigmático do processo de regionalização (Moma, 2012).

Entretanto, apenas no início da década de 1990, o regionalismo emergiu como instrumento de concertação de forças entre Estados de uma mesma região com o objectivo de assegurar uma melhor participação e representação destes no sistema internacional, através de parcerias económicas e de segurança. Logo, na senda da vitória do capitalismo face ao comunismo, o regionalismo tornou-se mais atraente acentuando a ideia de liberalização e democratização, que acabaram por privilegiar a hegemonia ocidental, com a importação de modelos de construção de paz (Andrade, 2011). Além disso, o regionalismo legitimou a proliferação do capitalismo, isto é, garantiu que este fosse amplamente aceite como sistema económico mais indicado para refazer os países fustigados pela guerra civil (Fukuyama, 1989; Breslin, 2010:10).

As análises do regionalismo inserem-se na dinâmica do terceiro debate das Relações Internacionais, na medida em que renovam as abordagens epistemológicas perspectivando-as de forma abrangente, e permitindo a inserção do *local turn* nesta nova abordagem ao considerar regiões e atores outrora marginalizadas (Silva, 2017:31-32).

Assim, com as questões de ordem e segurança internacional a dominarem os debates nas Relações Internacionais, cada vez mais é visível a preocupação da comunidade internacional em garantir a segurança das fronteiras, bem como a ordem interna dos Estados. Com a instrumentalização do regionalismo são criadas condições para que haja uma maior integração em países do sul tanto por via da integração regional, quanto por intermédio da cooperação (Herz e Hoffmann, 2004:29; Farrell, 2005). Desta feita, o regionalismo expandiu-se como uma forma de afirmação de identidade dos países parte do processo, especialmente dos Estados considerados mais fracos, numa tentativa de os melhor representar no sistema internacional, um sistema de desequilíbrios de poder e, hoje em dia, fortemente dominado por potências ocidentais (Fawcett, 2005; Breslin, 2010). Por outras palavras, o regionalismo tem sido uma característica marcante no sistema internacional, representando-se como espaço

que permite uma atuação maior dos atores locais, bem como uma reordenação e institucionalização das dinâmicas de construção de paz, através da hibridez na relação entre os atores no sistema internacional quer seja do ponto de vista económico, quer seja do ponto de vista político (Mello, 1999).

Se as iniciativas regionais permitem uma dinâmica *bottom-up* dando assim um vislumbre da participação do local no sistema internacional, é também visível a existência de uma grande influência do norte global, pois as instituições de integração regional no sul são amiúde criadas sob auspícios das potências dominantes do norte (Briceño Ruiz, 2016; Vunge, 2017:41).

Desde a década de 1990, a trajetória do regionalismo ficou marcada por diferentes períodos que acabaram por clarificar melhor a sua perspectiva hegemónica, especificamente durante o período que ficou conhecido como regionalismo aberto, estigmatizado principalmente pela forma hegemónica que aduzira os países da América Latina a aderirem consensualmente o Consenso de Washington, cuja crença era que os mercados naquela região se tornariam mais frutíferos se os países adoptassem uma política centrífuga- livre mercado-, ao em vez de uma política centrípeta- medidas protecionistas (Andrade, 2011:77; Briceño Ruiz, 2016).

Naturalmente, a ideia do consenso de Washington imperou e proliferou por toda América Latina influenciando a maneira como os países da região passaram a entender o regionalismo. Vale ressaltar que a proliferação desta ideia refletia, *a priori*, uma dinâmica *bottom-up*, todavia consumou-se numa verdadeira dinâmica de *top-down*, dado ao facto de que o Consenso de Washington como política estabilizadora, baseado no livre mercado, consistia na transferência de um modelo de resposta aos dilemas da economia naquela região, fruto do grande impacto que teve nos EUA, Canadá, México e no NAFTA (Briceño Ruiz, 2016).

Analogamente, no contexto regional africano, propriamente na parte austral do continente, as considerações políticas referentes à proliferação dos modelos ocidentais de construção de paz foram vistas como fator preponderante para alavancar a economia e consolidar o processo de regionalização, dando assim origem a criação da blocos regionais africanos como a SADC, numa mescla de fatores internos- a iniciativa e a experiência de cooperação entre os Estados da linha da frente-, e fatores externos- com a adaptação de modelos internacionais de regionalização, nomeadamente o modelo europeu (Moma, 2012: 110). Por

outras palavras, acredita-se que os atores dominantes do sistema internacional desejassem que os Estados do sul global estivessem alinhados com a sua política, uma vez que estes encontravam-se numa situação fragilizada face à redução das importações, ponderando, deste modo, ser habilidosamente coagidos a consentir com a aplicação de tal modelo regional. Concomitantemente, na tentativa de exportar o regionalismo como forma de governança capaz de alavancar a economia dos países de uma determinada região, dois princípios tornaram-se evidentes. O primeiro caracteriza-se pela ação que induzia os Estados a consentirem as iniciativas regionais (integração e cooperação regional) como vias ideais para a promoção do crescimento económico e da paz. O segundo prende-se com o facto de o regionalismo transmitir a ideia de que, com uma economia robusta, estes Estados poderiam ter uma melhor expressão e participação no sistema internacional (Breslin, 2010:09).

Logo, o posicionamento hegemónico do regionalismo tornou-se arrojado quando, através das instituições internacionais do norte, principalmente as financeiras, este se tornou um instrumento de negociação para alavancar a economia e garantir a paz e segurança, todavia dando primazia aos interesses das grandes potências ocidentais- numa lógica *top-down*, assegurando uma cooperação norte-sul (*Ibidem*), impedindo assim uma maior participação dos atores locais no processo. Ou seja, mesmo em casos em que as dinâmicas internacionais e locais coexistem, o equilíbrio de poder entre as duas não é necessariamente igual.

Por conseguinte, com base na teoria crítica acoplada à hegemonia gramsciana vertida na visão de Robert Cox, torna-se possível identificar o problema da desigualdade na relação entre os atores no sistema internacional, assim como o comportamento hegemónico que faz do regionalismo apoiado pela integração e cooperação, emergir consensualmente, e não coercivamente, como instrumento inevitável para reconciliação de interesses estaduais, enquanto resposta a questões de segurança e defesa das identidades locais, tornando-se na ferramenta estabilizadora da ordem mundial no pós-Guerra Fria em países fustigados pela guerra civil (Mello, 1999; Burges, 2008).

Contudo, através do regionalismo os Estados são levados a experimentar um processo que visa tornar mais robusta a sua região, nas vertentes políticas, económicas e de segurança, dando maior primazia aos atores locais na

construção da paz na região, bem como uma maior representatividade no sistema internacional numa lógica *bottom-up*. Todavia, este processo é fortemente marcado, na maioria dos casos, por uma transferência de modelos hegemônicos de construção de paz que privilegiam as potências ocidentais cuja iniciativa do processo recai sempre sobre os seus auspícios, numa lógica *top-down*. Apesar disto, o *local turn* nas vestes de ferramenta de oposição aos ditames ocidentais garante um posicionamento sagaz das dinâmicas locais que facilitam uma construção de paz assertiva, e potencialmente emancipadora, numa lógica *bottom-up* (Mac Ginty e Richmond, 2013).

Consequentemente, embora possa funcionar como um mecanismo veiculador de um comportamento hegemónico, esta dissertação considera que, a par do modelo liberal de paz (democracia e livre mercado), o regionalismo (cooperação e integração) opera como um mecanismo de mediação e pacificação que pode contrariar de forma cumulativa a lógica e a ordem hegemónica, primeiro porque permite que os diferentes Estados consolidem seus objectivos e fortifiquem suas relações a nível regional; em segundo lugar, porque o alinhamento destes objectivos permite que sejam ouvidas as vozes dos atores locais, sobretudo do sul global, dando assim uma abertura maior para a construção de uma paz duradoura e autossuficiente em países afetados pela guerra civil.

Portanto, atendendo a esta conjuntura considera-se que com uma maior proximidade entre os Estados, através da cooperação e integração, pode gerar uma maior conciliação entre as partes participante do processo, e a prevenção em caso de uma escalada de conflito (*Ibidem*), que permite que o regionalismo seja usado como instrumento de mediação e construção de uma paz que acomoda as especificidades locais. Do mesmo modo, em função da máxima da paz liberal de que “Estados democráticos não guerreiam entre si” o regionalismo foi tido na mesma perspectiva, através da crença de que havendo cooperação entre os países, principalmente na vertente económica, os Estados poderiam não desenvolver uma relação antagónica e desta forma garantir-se-ia uma convivência pacífica entre estes, traduzida na produção da paz, bem como uma maior representação no sistema internacional (Pinto, 2009:150; Silva, 2017:31), que apesar de ser modelada pelas potenciais dominantes do sistema internacional, sempre contando com a resiliência dos atores subjugados.

Pois, sendo a paz liberal o ponto de partida da cooperação para o desenvolvimento e construção de paz nos países fustigados pela guerra civil, numa mescla de fatores políticos, económicos e sociais, as suas dinâmicas tendem a preparar caminho para uma paz positiva (Galtung, 1996) que vai para além dos aspectos económicos e políticos, através do processo de cooperação e integração consagrados ao regionalismo, cuja posição, hodiernamente, preocupa-se maioritariamente com a segurança coletiva. Assim, desde o final da Guerra Fria, tanto a paz liberal, quanto o regionalismo têm sido usados como a panaceia para o desenvolvimento, isto é, o primeiro para a alteração de regimes e projeção económica (democracia e livre mercado), enquanto que o segundo, para consolidar e unificar as estratégias, sejam elas políticas, económicas e de segurança no âmbito do regionalismo (cooperação e integração).

Em suma, apesar das intervenções do *Peacebuilding* demonstrar a intenção de tornar os atores locais hábeis na prevenção de conflitos e na construção de uma paz autossustentável, assiste-se ainda ao exercício de uma grande influência dos atores internacionais junto dos atores e dinâmicas locais. Tal é visível nos contornos das diferentes intervenções internacionais que favorecem e privilegiam as instituições e os atores dominantes, seja com a paz liberal ou com o regionalismo. No entanto o reconhecimento das regiões marginalizadas, por intermédio da inserção dos atores locais garante a representação de potenciais vias de construção de paz numa lógica *bottom-up*.

Conclusão

Relativamente a este capítulo, conclui-se que o processo de construção de paz (liberal) tem sido, amiúde, marcado pelo posicionamento estratégico de consentimento e remodelação das políticas por parte dos atores locais face a transferência dos modelos de construção de paz, que desvalorizam os interesses dos locais privilegiando os interesses dos atores dominantes.

No entanto, este posicionamento resiliente assim como as falhas detetadas no modelo de paz liberal, permitiram que fossem reconhecidas as regiões outrora marginalizadas, e naturalmente a inserção dos atores locais no processo de construção de paz, com vista a garantir uma paz duradoura e autossustentável.

Logo o reconhecimento não só permitiu a inserção dos atores locais no processo de construção de paz, como também uma conjugação de esforços mútuos entre os diferentes atores locais traduzido na criação de blocos regionais de integração e cooperação, com o intuito de derrubarem barreiras que impediam o seu desenvolvimento.

Em vista disso, os atores dominantes do sistema internacional fizeram do regionalismo um veículo hegemónico de transferência de modelos de construção de paz, que através de uma relação híbrida entre atores dominantes e subjugados no sistema internacional pudesse garantir os seus interesses.

Assim, para contrapor este posicionamento, o local emergiu como uma ferramenta cuja esfera de ação sobressalta a importância dos interesses dos atores locais, permitindo que estes sejam tidos em conta para a consolidação da paz de forma assertiva. Outrossim, ao apresentar o regionalismo como resultado de um processo híbrido de construção de paz, torna-se evidente que são remodeladas as normas e instituições que gerem a relação entre atores dominantes e subjugados, evidenciando um posicionamento hegemónico dos atores dominantes que encontram resistência por parte dos atores subjugados.

Portanto, o regionalismo ganhou contornos como mecanismo híbrido de mediação e pacificação a partir da década de 1990, com a transferência do modelo de integração da União Europeia, como exemplo paradigmático para concertação de esforços entre os Estados de uma mesma região. Todavia destaca-se como instrumento híbrido no processo de construção de paz, servindo de elo de ligação na relação entre atores internacionais e atores locais, evidenciando sempre um comportamento hegemónico que é contraposto por um posicionamento resiliente por intermédio do *local turn*.

III. A CIRGL como resposta da comunidade internacional face a construção de paz na região dos grandes lagos africanos.

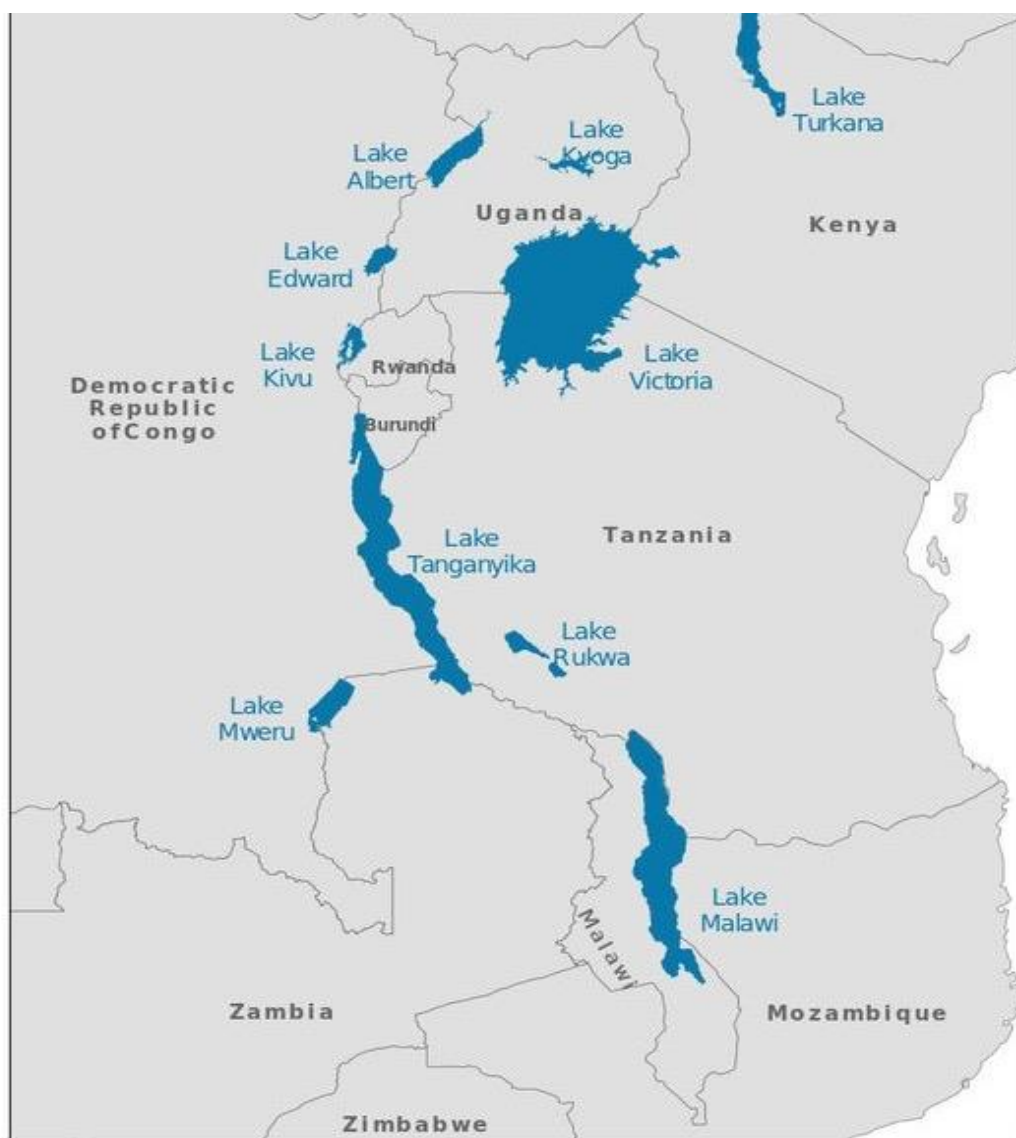
Este capítulo pretende analisar criticamente o papel da CIRGL enquanto instrumento de resposta da comunidade internacional face à conflitualidade violenta vivida na região dos Grandes Lagos desde 2006. Especificamente, este capítulo explora se, num quadro de hegemonia liberal, a criação da CIRGL constitui um mero mecanismo de *top-down* ou se, sendo uma organização regional, consegue consubstanciar-se também numa expressão de dinâmicas *bottom-up*, potencialmente emancipadoras, da região na esfera internacional.

Para tal, a primeira parte deste capítulo focar-se-á na centralidade e especificidades da região e da conflitualidade que aquela tem vivido aos olhos da comunidade internacional; a segunda parte focar-se-á na apresentação da própria CIRGL e, a última, foca-se na discussão crítica do argumento desta dissertação a partir do conflito na RDC.

3.1 A Região dos Grandes Lagos africanos: especificidades, complexidade e interesses.

Geograficamente composta por 9 países, nomeadamente Ruanda, República Democrática do Congo, Uganda, Burundi, Tanzânia, Quênia, Malawi, Moçambique e Zâmbia, a região dos grandes lagos é um território localizado na parte central do continente africano, detentora da maior densidade populacional do continente, e consequentemente um mosaico étnico-cultural bastante diversificado. Esta região é integrada por distintos lagos de água doce e bacias hidrográficas, designadamente, o Lago Albert, o Tanganica, lago Vitória, o Turkana, o Kioga, o Eduardo, o Lago Kivu e o lago Malawi, que dão suporte a nomenclatura da região (Van-Dúnem, 2009).

Figura 1- Mapa descritivo da região países e lagos.



(Fonte: MellonDor, 2015).

A região dos Grandes Lagos é distinguida especificamente por uma mescla de países da região central e oriental de África que fazem dela potencialmente rica em recursos naturais e minerais, sobretudo no leste da RDC (Kivu norte e Kivu sul), onde minerais como o Tântalo, Coltan, Cobalto, Urânio (dentre outros), são abundantes e fáceis de serem explorados (Bihuzo, 2012:3; Silva e Diallo, 2013:23). Outras das virtualidades da região são o seu potencial hidroelétrico, petrolífero, agrícola e principalmente o seu espólio de recursos minerais. Estes potenciais funcionam como elementos que dão visibilidade à região, uma vez que cada vez mais atraem investidores externos e despertam o interesse das potências internacionais quanto a região (Burgis, 2015). Logo, de modo geral, podemos afirmar que é de África, em especial da região dos Grandes Lagos, de

onde advêm as principais fontes de matérias-primas que abastecem uma miríade de indústrias e outros tipos de comércio particularmente rentável (telemóveis, computadores, e eletrodomésticos) a nível internacional (Baregu, 2011). O comércio informal particularmente decorrente da agricultura de subsistência e da criação de gado garante algum rendimento às populações (Westerkamp *et al.*, 2009:11), embora boa parte da população esteja a trocar os campos de cultivo pela exploração mineira (Burgis, 2015:55).

Esta região é caracterizada por conflitos intraestaduais e interestaduais dinâmicos e complexos cuja estrutura envolve atores regionais e internacionais, sucedendo que as bases destes conflitos estão enraizadas na exploração de recursos e na conquista do poder político, embora sejam em grande maioria consideradas comumente as questões étnicas e/ou identitárias como principais causas de conflitualidade (Van-Dúnem, 2009; Kanyangara, 2016:4).

Paralelamente, a conflitualidade na região dos Grandes Lagos africanos é também entendida como um sistema de formação de conflitos, uma vez que os conflitos na região estão interligados, alimentando-se uns aos outros reciprocamente, transcendendo fronteiras, partilhando consequências, e tendo como protagonistas os mesmos atores (Baregu, 2011:2).

Salienta-se ainda que a prevalência de conflitos armados na região condiciona o sucesso de qualquer esforço de pacificação, do mesmo modo que a sua resolução inspira uma atenção maior em função do facto de os conflitos na região se distinguirem da tipologia de guerra tradicional clássica interestadual, consubstanciando-se em guerras intraestatais praticadas principalmente por grupos armados contra a população civil motivados por questões políticas mas também económicas (Kaldor, 1999). Deste modo a região dos Grandes Lagos africanos transformou-se num viveiro de conflitos armados violentos e intratáveis, marcada pela prevalência de quatro atores estatais diretamente envolvidos nos conflitos, nomeadamente Ruanda, Burundi, Uganda e a República Democrática do Congo, além de uma série de grupos armados rebeldes prevalecentes na região (Baregu, 2011; Ferreira, 1998; Bihuzo, 2012; Silva e Diallo, 2013).

No entanto, para dar ênfase ao papel destes distintos atores no conflito da região dos Grandes Lagos africanos é necessário retroceder até ao início da década de 1990, período marcado pelo fim da guerra fria e o início das guerras civis, particularmente em África.

Na região dos Grandes Lagos, em 1990, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) exilada no Uganda, desencadeou uma incursão militar no norte do Ruanda, sob pretexto de que o governo de Juvenal Habyarimana devesse conceder o direito de regresso aos milhares de refugiados ruandeses, sobretudo Tutsis, e implementar reformas políticas no país (Ferreira, 1998: 36), dando assim o início à guerra civil. Entretanto, no ano seguinte, as reivindicações da FPR foram aceites pelo Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento (MRND). Todavia, o antagonismo entre Tutsis e Hutus aumentou exponencialmente com a possibilidade de uma partilha de poder³¹ entre a FPR-dirigida por Paul Kagame em representação dos Tutsis exilados no Uganda- e o governo de Kigali MRND na pessoa do presidente Juvenal Habyarimana representando os Hutus, sugerida pela comunidade internacional que culminou por entusiasmar a eclosão dos acontecimentos que antecederam a escalada de violência, aos quais se juntam a morte do presidente Habyarimana aos 06 de abril de 1994 deflagrando a barbárie que foi o genocídio do Ruanda de 1994 (Ferreira, 1998:48; Pinto, 2011:47).

Este fenómeno teve aspirações políticas, sociais e culturais que conduziram a uma guerra fratricida cujas vítimas mortais ultrapassam as 800.000 pessoas (Van-Dúnem, 2009; Pinto, 2011:45). Os efeitos deste fenómeno transcenderam as fronteiras ruandesas, desencadeando uma grande onda de refugiados para os países vizinhos, com destaque para o Uganda e o Zaire (atual RDC). O primeiro destaca-se por ter servido de base para a formação da FPR que posteriormente veio a receber o apoio do Burundi, enquanto que o segundo se destaca pelo seu papel de incubadora para os grupos rebeldes armados Hutus que eram apoiados pelo regime do presidente Mobutu Sese Seko (Silva e Diallo, 2013:23).

Este ambiente hostil vivido na região aduziu ao fomento dos grupos rebeldes armados na região, principalmente após a invasão da FPR em 1996 no leste do Zaire (atual RDC) com objectivo de neutralizar as Forças Armadas Ruandesas³² (FAR) e a milícia *Interahamwe*, uma vez que estas haviam se

³¹ A conferência de paz para por fim a guerra civil, denominada acordos de Arusha, realizada na Tanzânia a 10 de Agosto de 1992, sob diretrizes da França, Bélgica, EUA, ONU e vários países africanos (Ferreira, 1998:39).

³² Tradução livre do autor, no original Forces Armées Rwandaises.

refugiado naquela região, com o apoio de Mobutu Sese Seko, que lhes garantia a liberdade de reagrupar-se para poder insurgir-se contra o novo governo de Kigali constituídos por membros da FPR, liderados por Paul Kagame. Além de neutralizar os protagonistas do genocídio, a FPR tinha a intenção de depor o regime de Mobutu Sese Seko, em virtude do apoio que este prestava aos seus adversários. Este ultimo fator aduziu ao Burundi e ao Uganda (além de outros países da região) uma movimentação maior de forças militares com o mesmo objectivo, culminando na criação de uma força rebelde congoleza liderada por Laurent-Désiré Kabila, dando-se assim o inicio do conflito na RDC, que perdura até a presente data (Bihuzo, 2012:2; Silva e Diallo, 2013:23).

No entanto, toda essa movimentação de forças militares e estatais tinha como motivação o controlo político e a exploração de recursos minerais na região, tendo sido fortemente exacerbada pela proliferação de grupos rebeldes armados que atuavam por interesses próprios ou como milícias por procuração (Bihuzo, 2012:3). Ou seja, por um lado, a partir de uma iniciativa própria com vista à exploração ilícita de recursos naturais, por outro em função das diretrizes de governos, desestabilizando para posteriormente controlar e explorar a região (Silva e Diallo, 2012:23; Kanyangara, 2016:4).

Além disto, a motivação dos conflitos na região dos grandes lagos são amiúde de base político-económica, apesar do fator étnico ser usado como elemento mobilizador, pois a narrativa da etnicidade como fomentadora de conflitos ignora a natureza político-económica como real fator de conflitualidade na região (Aapengnou, 2010). No entanto, atesta-se que as causas dos conflitos em África estão diretamente ligadas com a luta pelo acesso aos recursos naturais estratégicos e pelo poder (Bernardino, 2008:2). Conforme alude Aapengnou, “as pessoas não se matam umas às outras devido a diferença étnica, matam-se quando se promove a ideia de que essas diferenças são uma barreira ao progresso e à oportunidade” (Aapengnou, 2010:3). Normalmente este tipo de manipulação é susceptível de acontecer em zonas particularmente ricas, como muitas das regiões do continente africano, em que muitos decisores políticos veem a desestabilização social como um instrumento de maximização dos seus ganhos (Aapengnou, 2010), criando instituições políticas e económicas extrativas que visam apenas obter rendimentos num determinado país em benefício próprio

ou de um grupo restrito (Acemoglu e Robinson, 2013:97-98) ao qual pertencem ou cujos interesses protegem.

Gérard Prunier alude que Tutsis e Hutus sempre coabitaram lado a lado mesmo sendo rivais, e que o antagonismo não residia no fator étnico, mas sim no poder político e na gestão dos recursos da região (Prunier, 1995:3). Analogamente considera-se que Tutsis, Hutus e Twas eram um só povo que dividiam a mesma terra, falavam o mesmo idioma, tinham a mesma religião, cultura, hábitos e tradições, tudo isso há mais de dois mil anos (Pinto, 2011:47). Ou seja, a disputa sempre foi por controlo de poder e recursos, ao em vez de identidade ou etnia *per se*.

Logo, é notório que apenas a presença de diversos grupos numa determinada região não se consubstancia num fator suficiente para desencadear um conflito. O facto de haver uma diversidade étnica espalhada pela região dos Grandes Lagos, sobretudo Tutsis e Hutus no Ruanda, Uganda, Burundi, e RDC (além de outros Estados vizinhos) faz com que os políticos, e grupos armados com interesses na região, se aproveitem para incitar e manipular a população mobilizando-os através do fator étnico a desestabilizar a região, com objectivo posterior de exercer controlo do poder político e dos recursos da região (Kanyangara, 2016:4).

Por sua vez, a abundância de recursos minerais na região, sobretudo o cobalto, tântalo, coltan, urânio, diamante e o petróleo, torna-a manifestamente numa região cobiçada pela comunidade internacional, que apesar de serem atores externos estão ativamente comprometidos com o desenrolar da situação na região, sendo que muitas vezes impulsionam a resolução dos problemas ou intensificam a sua proliferação (Baregu, 2011:14). Este potencial de riquezas da região expõe-lhe mediante dois tipos de atores, nomeadamente, os mais visíveis (Estados, ONG's, OI's) e os tendencialmente invisíveis (Serviços de Inteligência e segurança, empresas de segurança privadas, grupos mercenários) além de uma série de intervenientes cuja as atividades são ilícitas, tais como traficantes de drogas, armas e de seres humanos que perpetuam a escalada de conflito na região (Baregu, 2011:15).

O aumento na produção em grande escala de telemóveis, consolas, computadores portáteis, eletrodomésticos, materiais de construção, induziu a empresas multinacionais americanas, alemãs, canadianas, australianas, sul

africanas e europeias, a entrarem numa corrida frenética pela aquisição de matéria-prima, o que provocou uma escassez do produto no mercado livre, tendo a procura pela nova fonte de fornecimento atizado as pretensões dos grupos armados rebeldes que passaram a explorar a população civil na extração de mineiro no leste da RDC (Burgis, 2015:55). Investigadores da ONU alertaram sobre o perigo de que essas empresas poderiam estar indiretamente a financiar a exploração ilícita na região e a fomentarem a conflitualidade (*Ibidem*).

Recentemente foi descoberto no Uganda um campo petrolífero com uma reserva estimada em biliões de barris, o que reacendeu ainda mais a intenção das multinacionais e da comunidade internacional em explorar o potencial da região. Com uma reserva terrestre nunca antes explorada, o grande vale do Rift da África Oriental é considerado a maior descoberta de petróleo terrestre em África nos últimos 20 anos, no entanto esta descoberta coloca a região sob um olhar atento da União Europeia (UE), que já conta com projetos de energia e extração petrolífera na região, dos EUA através da AFRICOM, do Reino Unido (UK) por intermédio da Tullow, e ainda de países como a China, Irão, e a Índia (Bennett, 2010).

Mediante ao exposto, importa frisar que a região dos Grandes Lagos africanos é uma região rica em recursos minerais, porém fortemente marcada pela prevalência de conflitos intraestatais que reúnem uma série de atores estatais e grupos armados rebeldes, bem como grandes potências internacionais, com motivações quase semelhantes, sendo que os dois primeiros almejam o controlo do poder político e dos recursos na região, enquanto que o ultimo tem como principal objectivo garantir a manutenção da sua relação com os países da região de modos à explorar as potencialidades existentes região, razão pela qual ambos podem contribuir positivamente para resolução dos conflitos existentes ou exacerba-lo ainda mais, dependendo da sua real motivação (Bihuzo, 2012; Baregu, 2011).

Contudo, Importa referir que os mesmos elementos que tornam a região cobiçada aos olhos do mundo, são os mesmos elementos que tornam-lhe alvo de grupos rebeldes armados, bem como dos países vizinhos e além fronteiras, capazes de fomentar as guerras e desestabilizam a região (Westerkamp *et al.*, 2009; Bihuzo, 2012; Silva e Diallo, 2013).

3.2A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Em função da conflitualidade existente na região e da instabilidade política na RDC para as quais as respostas arquitetadas não foram capazes de parar a violência (Sabahara, 2006:7; Silva e Diallo, 2013:24), o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a União Africana (UA) deliberaram unir esforços para fazer face a problemática existente.

Deste modo, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas e da União Africana, à luz da resolução 1291 e 1304 do CSNU, foi criada a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, nas vestes de uma instituição regional, de carácter intergovernamental engendrada para dar resposta às questões de conflitualidade violenta na região e promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento (Sebahara, 2006; Bihuzo, 2012). Sedeada em Bujumbura, no Burundi, esta instituição é composta por 12 Estados membros, designadamente, Angola, República Democrática do Congo, República Centro Africana, República do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e a Zâmbia.

Porém, diferente da composição geográfica da região dos Grandes Lagos, a CIRGL é constituída por países da região e por países convidados, como é o caso de Angola, República Centro Africana, República do Sudão do Sul, e o Sudão, dada a proximidade e partilha de fronteira com países da região onde o conflito está bastante ativo (Sabahara, 2006:11). De igual modo vale a pena referir que nem todos os países que constam da composição geográfica da região são membros da CIRGL.

Figura 2- Mapa dos países membros da CIRGL.



FONTE: Sabahara, 2006.

A ideia da criação da CIRGL foi discutida uma década depois da barbárie vivida na região, propriamente no ano 2000, quando se sentaram à mesa das negociações representantes da ONU, UA e dos países envolvidos no conflito, com suporte de doadores internacionais, tendo como objectivo traçar uma linha orientadora para pacificar e estabilizar a região. Entretanto, em 2004, os líderes dos países envolvidos assinaram a Declaração de Dar-es-Salaam sobre paz, segurança e desenvolvimento, reconhecida como a primeira evolução na atuação da conferência (Sabahara, 2006).

Na sequência, tendo como base a Declaração de Dar-es-Salaam, foi firmado em 2006, o Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na região, subscrito por todos chefes de Estado e de governo dos países membros da CIRGL (Bihuzo, 2012:4), aos quais se juntam 10 protocolos e 33 projetos, cujo objectivo eram 4 áreas de ação específicas, nomeadamente, Paz e Segurança, Democracia e Boa Governança, Desenvolvimento Económico e Integração Regional, assim como Questões Humanitárias (Sabahara, 2006:10). Todo esse

percurso visava criar condições para pacificar, estabilizar e desenvolver a região, principalmente para dar respostas a conflitualidade na RDC, que tem sido o maior entrave para a pacificação da região (Bekoe, 2003). Assim, em 2007 foi instituído o Secretariado Executivo da CIRGL, sobre o qual pesa a responsabilidade de coordenar, facilitar e monitorizar a implementação das questões debatidas na declaração de Dar-es-salaam, incluindo o Pacto e os respectivos protocolos e projetos (Sabahara, 2006:10).

Por sua vez, o secretariado executivo conta com o Comitê Interministerial Regional (RIMC) que congrega vários técnicos profissionais, dirigido pelos ministros dos negócios estrangeiros dos países membros, para coordenar e avaliar o progresso dos vários diplomas implementados na região, antecedendo assim a realização da Cúpula dos chefes de Estado e de governo, órgão supremo da CIRGL, onde são debatidos e ratificados todos estes diplomas. Essa reunião é realizada a cada dois anos, à semelhança da presidência da CIRGL, que funciona num regime rotativo do qual é eleito um chefe de Estado ou de governo de um dos países membros, através de um sistema de votação pelos presidentes ou chefes de governos dos países membros (Bekoe, 2003:6). Para assegurar o acompanhamento e implementação efetiva dos diplomas ratificados em cada país membro, foi criado o Mecanismo Nacional de Coordenação (NCM) que engloba várias franjas da sociedade civil nos mais distintos níveis (*Ibidem*).

Portanto, ainda na senda desta trajetória evolutiva da CIRGL, é extremamente importante referenciar a criação do Fundo Especial de Reconstrução e Desenvolvimento, como mecanismo de auxílio para implementação dos programas, através da gestão de um sistema de quotas obrigatórias dos Estados membros e de ações voluntárias de doadores internacionais, sob administração do Banco Africano de Desenvolvimento (CIRGL, 2006).

Contudo, a partir de uma perspectiva regional a CIRGL logra o objectivo de integrar os países da região de modo a que estes envidem esforços para estabilizar e desenvolver a região por intermédio da implementação do Pacto, bem como dos protocolos e projetos anexos a ele. Pois através desta iniciativa as propostas de construção de paz, estabilidade e desenvolvimento estariam encarregues à vontade política dos líderes dos Estados da região (Sabahara, 2006). Esta dissertação considera que, por ser uma instituição regional de carácter intergovernamental, a preocupação da CIRGL prende-se com a

prevenção de conflitos, na dimensão do genocídio de 1994 no Ruanda, cujas consequências tendem a transcender as fronteiras nacionais causando sérios problemas noutros Estados membros, bem como dirimir conflitos intratáveis e restabelecer a paz e a segurança na RDC, devolvendo a capacidade de governação às forças políticas que gozam deste privilégio por força do exercício democrático de eleições. Embora sejam conflitos intraestatais, as suas consequências podem todavia estender-se para toda a região.

3.3 Quadro de análise

Para fundamentar criticamente o argumento deste trabalho esta dissertação analisa o estudo de caso da CIRGL com particular enfoque na sua abordagem ao conflito na RDC. Tendo como base o quadro teórico apresentado na dissertação e o objetivo de explorar a tensão entre dinâmicas top-down e bottom-up, identificando o potencial emancipatório da CIRGL. A análise do estudo de caso terá como quadro de análise 4 vetores de análise, sendo que dois irão ajudar a identificar dinâmicas hegemónicas *Top-down*, e os outros dois ajudarão a identificar potenciais emancipatórios *Bottom-up*.

Vetores	Perspectiva	Descrição
a) Supremacia da política formal sobre a informal	Hegemónica (<i>Top-down</i>)	Maior ênfase em projetos de natureza político-institucional, ou seja, voltado para o âmbito estatal a fim de garantir a legitimação da influência dos atores dominantes através de uma relação formal com instituições políticas em prejuízo da população.
b) Preponderância da participação política da sociedade civil em detrimento dos partidos políticos e entidades governamentais	Emancipatória (<i>Bottom-up</i>)	Permite uma maior discussão dos problemas de formas que estes estejam direcionados a corrigir os problemas sociais existentes e não somente as questões políticas institucionais. Visto que a garantia das necessidades básicas das populações ajuda a estabilizar e desenvolver a região.
c) Dependência de validação face ao sistema Internacional	Hegemónica (<i>Top-down</i>)	Garantia dos interesses dos atores externos face a validação das ações por parte da ONU, e dos doadores internacionais.
d) Participação e <i>Local Agency</i>	Emancipatória (<i>Bottom-up</i>)	Concede uma leitura ampla e abrangente na resolução dos problemas locais afim de dar respostas assertivas aos problemas existentes, e reforçar a confiança e gerar maior empatia.

3.2.1. A interferência dos atores externos na esfera de atuação da CIRGL: a formalidade e a informalidade no processo.

Numa dissertação que explora as tensões entre dinâmicas *top-down* e *bottom-up* faz sentido atribuir centralidade à análise da interferência dos atores externos na esfera de atuação da CIRGL antes de passar para uma apreciação das potencialidades e desafios da Conferência face ao mandato a que se propõe.

Apesar de toda esta estrutura e dos avanços, a CIRGL ainda conta com um suporte de atores externos para implementar os compromissos firmados no âmbito do Pacto sobre segurança, estabilidade e desenvolvimento. Deste modo, do ponto de vista formal, a CIRGL partilhava esforços de coordenação conjunta para implementar os diplomas debatidos no âmbito da Declaração de Dar-es-Salaam e do Pacto, com o secretariado conjunto da ONU e da UA, cuja a finalidade era garantir a implementação e sustentabilidade do processo de paz, estabilidade e desenvolvimento na região (Sabahara, 2006:10). No entanto, como já referido, após a assinatura do Pacto e a criação do seu Secretariado Executivo, a CIRGL passou a obedecer uma estrutura baseada no processo de consulta, diálogo e negociação através de reuniões dos seus Comitês nacionais e regionais (*Ibidem*).

Entretanto as reuniões destes Comitês serviam de bases para preparar os diplomas para discussão e aprovação na reunião da Cúpula dos chefes de Estado e de governo que se realizavam aleatoriamente nas várias capitais dos países membros, sendo que uma vez ratificados tornam-se de inteira responsabilidade do RIMC que tem a função de avaliar o progresso na implementação dos acordos firmados consensualmente.

Entretanto, a conclusão destes objectivos encontra-se financeiramente dependente da comparticipação por quotas dos países membros da CIRGL, em virtude do seu incumprimento por parte dos países membros, ficou a cargo do grupo dos amigos da região (Sabahara, 2006:11). Este grupo de amigos da região é composto por 28 países de diversos continentes, bem como agências e doadores internacionais, que para além de financiarem os projetos e ações da CIRGL na região asseguram o suporte técnico e político (Westerkamp *et al.*, 2009:19).

Do ponto de vista informal, o grupo dos amigos concedeu um financiamento na ordem dos 10 milhões de dólares americanos para garantir a

realização das reuniões bem como a implementação dos objectivos alcançados durante dois anos e meio. Todavia este financiamento despoletou uma situação atípica, pois os valores foram colocados sob gestão dos escritório do PNUD em Nairobi, em detrimento do Fundo Especial para Reconstrução e Desenvolvimento da CIRGL, o que de certo modo torna o alcance dos objectivos da CIRGL dependentes de terceiros que limitam a sua autonomia (Sabahara, 2006).

3.1.2. Balanço da CIRGL: Mais-valias, tensões e desafios

As iniciativas regionais figuram como uma notável mais-valia para a mediação e a pacificação da região, principalmente pelo facto da CIRGL ser uma organização intergovernamental constituída inteiramente por países da região, garantindo uma maior integração e celeridade dos processos, e assegurando uma menor dependência face aos atores externos, e resulta na desconstrução de um posicionamento hegemónico destes, por meio do conjunto de ferramentas que visam prevenir e dirimir os conflitos na região fazendo uma leitura abrangente das causas da conflitualidade na região também a partir do local (Bihuzo, 2012:). Essa leitura permitiu dar respostas firmes para travar o problema da exploração ilícita dos recursos no leste da RDC e diminuir a prevalência de grupos armados na região (Blore, 2011).

Outrossim, fortalecer o diálogo entre os decisores políticos dos países membros permitiu as iniciativas conjuntas de promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural pelos países da região, o que diminuiu a dependência dos atores dominantes na construção de paz e remeteu maior responsabilidade na construção de paz aos atores locais (Silva e Diallo, 2013:27).

A preocupação de erradicar o conflito na região permitiu ao Comitê de Ministros da Defesa dos países integrantes da CIRGL reunir esforços com objectivo de criar uma força neutra de paz para intervir e suprimir o conflito na RDC (Silva e Diallo, 2013:27). De facto, a concretização destes esforços conjuntos de construção de paz refletem com maior intensidade a ideia do regionalismo como mecanismo de mediação e de pacificação, através da integração regional como percurso para solução de construção de paz.

Apesar da CIRGL representar até agora a maior e mais abrangente iniciativa no que tange a construção de paz na região dos Grandes Lagos

(Bihuzo,2012:4), muitas tensões ainda prevalecem, particularmente entre o Ruanda e a RDC, dada as constantes incursões militares do Ruanda ao território da República Democrática do Congo sob pretexto de combater os grupos rebeldes Hutus instalados na região desde 1996 (Sabahara, 2006:13). Por sua vez, a RDC acusa o governo ruandês de financiar a ação e proliferação de grupos rebeldes que perpetuam o conflito na região (*Ibidem*).

Essa acusação surge no âmbito a multiplicidade de atores envolvidos que proliferam o conflito, considerando-se que por um lado os países da região obtêm ganhos com o conflito na RDC, o que tende a perpetuar as constantes movimentações militares na região para garantir a exploração ilícita e o escoamento dos recursos naturais. Por outro, julga-se que Yoweri Museveni (presidente do Uganda) e Paul Kagame (presidente do Ruanda) usam como subterfúgio os conflitos regionais para legitimar seus governos que já duram a décadas (Silva e Diallo, 2013:28).

No entanto, na medida em que surgem grupos rebeldes armados na RDC, nasce uma deliberação de intervir por parte dos países vizinhos- Ruanda, Uganda e Burundi- alegando uma tentativa de conter o avanço dos rebeldes, no intuito de demonstrar uma certa incapacidade de reação por parte do governo na RDC (Silva e Diallo, 2013; Sabahara, 2006), como foi o caso do surgimento do Grupo Armado de Resistência do Senhor³³ (LRA) que exacerbou as tensões entre o Uganda e a RDC, fruto da ameaça ugandesa de enviar tropas para o território da RDC com vista a conter o avanço deste grupo (Sabahara, 2006).

Embora tenha havido um abrandamento na conflitualidade, que perdurou de 1996 à 2003, fruto da assinatura dos acordos de *Sun City* na África do Sul, a tensão na região cresceu bastante posterior ao ano de 2003, provocando um número catastrófico de vítimas mortais bem como uma onda incomensurável de refugiados, causados sobretudo pelo aparecimento dos grupos rebeldes, como a Frente Democrática de Libertação do Ruanda³⁴ (FDLR), LRA e o M23, que por vezes atuavam de forma autónoma, outras vezes como milícias por procuração (Silva e Diallo, 2013). A par destas tensões vale ressaltar o antagonismo entre a RDC e o Burundi, impulsionado em função das ações do grupo rebelde armado

³³ Tradução livre do autor, no original Lord's Resistance Army (LRA).

³⁴ Tradução livre do autor, no original Forces Démocratiques de Libération du Ruanda FDLR.

burundês Força Nacional de Libertação³⁵ (FNL) que atua na RDC desde 2010 (*Ibidem*).

Conter essas tensões figura como um dos principais desafios da CIRGL para a região, pois o efeito bola de neve, resultante do genocídio de 1994, motiva constantemente grupos armados rebeldes e os países vizinhos a intensificarem as suas ações no leste da República Democrática do Congo, perpetuando a instabilidade política naquele país com vista a garantir a pilhagem dos recursos da região.

Para além de garantir a implementação do Pacto, bem como dos protocolos e projetos anexos a ele, a CIRGL enfrenta desafios pontuais como a erradicação dos grupos rebeldes armados na região, o fim da exploração ilícita dos recursos naturais, e principalmente restabelecer a paz na RDC com vista a garantir a estabilidade e o desenvolvimento da região dos grandes lagos africanos.

De facto, CIRGL consubstancia-se na iniciativa mais abrangente até agora implementada para pacificar a região, no entanto urge a necessidade dos acordos assinados a nível da conferência serem passados para a prática no sentido de garantir maior celeridade na conclusão dos objectivo preconizados (Silva e Diallo, 2013; Bihuzo, 2012).

3.3A abordagem da CIRGL ao conflito na RDC.

O conflito na RDC constitui atualmente o maior desafio para a pacificação da região dos Grandes Lagos africanos, razão pela qual insta a necessidade de se dirimir este conflito para garantir a segurança, estabilidade e desenvolvimento da região. Deste modo, preocupada com a conflitualidade na região, sobretudo na RDC, a CIRGL adoptou estratégias para solucionar este problema. Estas estratégias passam por uma leitura abrangente sobre os factores de conflitualidade na região que se afiguram como político-económicos e não de natureza étnica como, tem sido construído socialmente pelos analistas,³⁶ o que

³⁵ Tradução livre do autor no original Forces Nationales de Libération FNL

³⁶ Tal como refere Carlos Branco (2006), na visão dos instrumentalistas a identidade étnica é uma construção social que pode ser aumentada ou diminuída com base nos fatores históricos ou contextos social, por uma elite em busca de poder (Branco, 2006).

permitiu a criação de um mecanismo de controlo dos recursos naturais explorados nos Kivus, bem como intensificar o diálogo entre as partes envolvidas no conflito no âmbito da realização das Cimeiras de chefes de Estado e de governo (Bihuzo, 2012).

3.3.1 O conflito

Conhecida como a grande guerra mundial africana (Silva e Diallo, 2013), o conflito na RDC perdura desde 1996, em função da ofensiva militar realizada pela FPR no leste da RDC (Kivu norte e Kivu sul), na sequência do genocídio do Ruanda de 1994, cujo o anseio era neutralizar definitivamente as FAR e as milícias *Interahamwe* ruandesas, consideradas como protagonistas da barbárie (Bihuzo, 2012:2). Tendo em conta que os grupos rebeldes ruandeses recebiam apoio do presidente do zairense Mobutu Sese Seko, a FPR alargou o âmbito da sua invasão empreendendo esforços para destitui-lo (Silva e Diallo, 2013:23; Bihuzo, 2012:2).

Em vista disto, uma convergência de forças entre milícias tutsis instaladas no Kivu, forças militares do Uganda, Ruanda e Burundi foi realizada no sentido de criar uma força rebelde de oposição congoleza, denominada Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo-Zaire (AFDL), liderada por Laurent-Désiré Kabila (Ferreira, 1998:170), que veio a derrotar as Forças Armadas Zairenses (FAZ) após apenas sete meses de combates, em função da sua fraca organização táctica, da falta de salários e de equipamento (Ferreira, 1998:170-171; Bihuzo, 2012:2).

Com a derrocada do regime de Mobutu Sese Seko e a consequente ascensão de Laurent-Désiré Kabila a presidência do país em 1997³⁷, houve um desalinhamento entre os aliados, particularmente com o Ruanda, em função do alistamento de genocidas hutus no seu governo para defender-se do que ele considerava ser uma ameaça tutsi, o que motivou o arrefecer das relações com o seu aliado mais forte, o Ruanda liderado por Paul Kagame (Burgis, 2015:54).

Este impasse na relação entre o governo de Laurent-Désiré Kabila e de Paul Kagame aduziu a movimentação de exércitos estatais e grupos rebeldes na

³⁷ A presidência de Laurent-Désiré Kabila foi marcada pela transição do nome do país de Zaire para República Democrática do Congo aos 17 de Maio de 1997 (Ferreira, 1998:178).

região (*Ibidem*). Nesta senda, a FPR desencadeou a segunda invasão ao leste do Congo em 1998 proliferando a presença de grupos armados na região com a criação do Comício Congolês pela Democracia³⁸ (RCD), bem como ocasionando a mobilização de forças militares de países vizinhos, contra e a favor, das forças beligerantes envolvidas no conflito (Bihuzo, 2012:3), considera-se que para além das forças armadas dos países vizinhos, a região contava com cerca de 20 grupos rebeldes armados (Burgis, 2015:54).

A presença de várias forças militares dos países vizinhos na RDC, sobretudo nos Kivus, região rica em recursos minerais, sob o pretexto de defesa dos direitos da população, buscavam na verdade garantir seus interesses político-económico, o que criou um padrão de conflitualidade permanente com danos irreparáveis no que tange ao número de vítimas mortais com uma cifra de cerca de 3 milhões de pessoas (Ferreira, 2012:63; Silva e Diallo, 2013:22), serviços sociais básicos colapsados, atividade económica devastada, crimes contra os Direitos Humanos numa escala assombrosa, com destaque de cerca de 400 casos de violação à mulheres em apenas quatro dias- sendo que na sua globalidade mais de 200 mil casos de estupros foram registados entre 1998 e 2003- (Bihuzo, 2012:1).

A morte de Laurent-Désiré Kabila em 2001, vítima de um assassinato perpetrado por um membro da sua segurança pessoal, precipitou a ascensão do seu filho Joseph Kabila ao poder, que embora tenha sido promovido a general do exército congolês ainda muito jovem, pouco ou nada percebia sobre política (Burgis, 2015:62). Entretanto a ascensão de Kabila pareceu imprimir uma nova dinâmicas na conflitualidade transpostas na negociação de um acordo de transição para partilha do poder em 2002, que colocou término ao conflito em 2003 por força da assinatura do acordo de paz de *Sun City* entre os grupos rebeldes armados e o governo congolês (Silva e Diallo, 2013:23).

Não obstante a assinatura dos acordos de paz em 2003, a escalada de conflitualidade ganhou novos contornos e maior intensidade, com uma súmula de mais de 1.6 milhões de vítimas mortais, a multiplicação dos grupos rebeldes com recurso ao recrutamento de homens e crianças para preencher as suas fileiras,

³⁸ Tradução livre do autor, no original *Rassemblement Congolais Pour la Démocratie*.

além de usar os ataques contra a população civil como instrumento de inclusão política (Valenzola, 2013:63; Silva e Diallo, 2013).

Vários grupos se instalaram na região, nomeadamente o FDLR, o LRA, o CNDP, o M23, entre outros cuja dinâmica de atuação tem vindo a disseminar atos terroristas na região, principalmente no Kivu norte e sul, onde estes dedicam-se a exploração ilícita de recursos naturais para financiar a suas ações hediondas que vão desde violações de Direitos Humanos à crimes de guerra (Silva e Diallo, 2013:24), perpetuando a instabilidade que se vive na região atualmente.

Contudo é imperativo frisar que a base tanto da motivação dos países vizinhos, quanto dos grupos rebeldes armados é puramente político-económica, recaindo maioritariamente para a vertente económica, tendo em conta a declaração de Laurent Nkunda- líder do movimento rebelde CNDP- que numa entrevista ao *Financial Times* em 2008 confirmou que as operações desencadeadas por si e por seus rivais consistiam em angariar dinheiro, Nkunda vai mais além e afirma que até o próprio exército congolês usa as mesmas práticas para conseguir dinheiro e financiar suas ações, taxando todo tipo de comércio na região desde simples comerciantes à criadores de gado, com foco especial nas empresas estrangeiras de exploração de mineiras por causa das divisas que possibilitam a compra de armamento (Burgis, 2015:66).

Recorde-se que tal como a RDC, a maior fonte de receita dos países vizinhos (Ruanda, Burundi e Uganda) provém da exploração e comercialização de recursos minerais, razão pela qual recai sobre eles a acusação constante de que estes suportam grupos rebeldes armados para garantir o acesso aos recursos (Buhuzo, 2012; Silva e Diallo, 2013; Burgis, 2015:70). Considera-se ainda que este suporte sobrepõem o âmbito governamental e estende-se à esfera das empresas comercializadoras destes recursos tanto a nível nacional, quanto a nível internacional (Bihuzo, 2012:3; Burgis, 2015:83). Basta olhar para quantidade de recursos minerais que atravessam a fronteira da RDC e são comercializados no Dubai, China, Singapura, Panamá e Hong Kong, sem mesmo a certificação do país de origem, muitos deles são extraídos no leste da RDC, escoados pelo porto de Dar-es-Salaam e o porto de Mombasa, vendidos no mercado internacional como se fossem extraídos nos países vizinhos (Burgis, 2015:57; Blore, 2011:19).

Figura 3. Mapa dos países fronteiriços com o Leste da RDC



Fonte: Bihuzo, 2012.

Além disso vale ressaltar que a quantidade de refugiados gerados por essa conflitualidade permanente até 1998 era entre 1 e 3,5 milhões de pessoas (Burgis, 2015:73) tendo, de forma natural, este número aumentado significativamente com a evolução do conflito.

As causas e consequências deste conflitos são bem conhecidas por todos os países da região, de tal modo que para que se alcance a resolução é necessário conter a proliferação dos grupos armados na região, apelar ao diálogo, e principalmente estabelecer na RDC um Estado de Direito que seja capaz de restaurar a segurança e a estabilidade no intuito de desenvolver o país e a região (Bihuzo, 2012).

Portanto, não havendo sucesso numa operação conjunta entre a MONUSCO e os países vizinhos, a fim de erradicar a presença dos grupos rebeldes na região, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos na sua Cúpula de chefes de Estado e de governo intentou esforços visando

buscar soluções no âmbito regional para dirimir este conflito caracterizados no diálogo entre as partes envolvidas (Silva e Diallo, 2013:28).

Em suma, a falta de vontade política por parte dos Estados membros, a necessidade de restabelecer a paz e a recuperação da autoridade política na RDC, resumem-se em questões a ser resolvidas com maior brevidade para garantia de paz na região (sabahara, 2006:20).

3.3.2 A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos face ao conflito.

A CIRGL reconvoca na sua esfera de ação perspectivas pan-africanistas, em defesa de uma maior unidade entre países africanos, augurando representatividade no sistema internacional, com a crença de que os protocolos e projetos ratificados no âmbito do Pacto sobre segurança, estabilidade e desenvolvimento impulsionarão uma resposta a altura dos problemas da região fortalecendo assim uma maior integração (Vunge, 2017).

Por ser uma instituição *ad hoc* de carácter regional intergovernamental, a CIRGL foi considerada a iniciativa mais abrangente para a pacificação da região dos Grandes Lagos africanos (Bihuzo, 2012:4), sua forma ampla de ler as causas dos conflitos na região permitiu uma resposta assertiva para erradicar a prevalência de grupos rebeldes armados no leste da RDC (Kivu norte e sul), através da criação de um mecanismo que se fez fundamental, traduzido na iniciativa regional de certificação, formalização e acompanhamento da comercialização de recursos minerais explorados na região dos grandes lagos (Bihuzo, 2012:4; Blore, 2011).

Esta iniciativa da CIRGL visava enfraquecer a ação das milícias rebeldes armadas na região, visto que a sua maior fonte de financiamento derivava essencialmente da exploração ilícita de recursos naturais, sendo que a certificação desencorajava a comercialização deste produto, até mesmo no mercado negro, pois as indústrias compradoras de tais produtos deveriam exigir o certificado, caso não o fizessem estariam sob pena de serem acusados de financiar o conflito na região. De certo diante desta ação os grupos rebeldes armados estariam desestabilizados face tal situação, pois estariam desprovidos de recursos financeiros para compra de mantimentos e material de guerra (Blore, 2011:15). Importa ainda salientar que o projeto piloto foi implementado no Ruanda

e no Kivu sul, tendo registado progresso significativos (Blore, 2011:21; Bihuzo, 2012:4).

A nível regional foi criado, no âmbito da CIRGL, um programa de paz e segurança que envolvia na sua estrutura um subprograma de gestão conjunta de segurança em fronteiras comuns cujo projeto prioritário prende-se com o desarmamento e repatriação de todos os grupos armados no leste da República Democrática do Congo, envolvendo os países da zona 1 da CIRGL (Uganda, Ruanda e RDC) considerados os mais voláteis em termos de conflitos na região (Sabahara, 2006).

De acordo com o documento oficial da CIRGL³⁹, a prevalência destes grupos armados na região poderá minar todo os esforços da CIRGL para pacificar e estabilizar a RDC, razão pela qual é prioridade da CIRGL é de erradicar a presença deste prevaricadores da ordem na região. Além disso as consequências da ação dos grupos rebeldes armados poderão transcender para os países vizinhos e criar um padrão de desestabilização ainda maior para região (CIRGL, 2006). No entanto tal como a maioria dos programas de outras naturezas no âmbito da CIRGL, este programa contará com a parceria da ONU, do Fundo Especial de ADB e outros parceiros para o desenvolvimento (*Ibidem*).

Desta feita, o sucesso na gestão conjunta de segurança nas fronteiras comuns é preponderante para resolver o conflito na RDC, razão pela qual tornou-se prioritário a fim de gerir as fronteiras comuns que a RDC partilha com 9 países vizinhos (Sabahara, 2006:14). As ações da CIRGL tem ajudado a fortalecer o diálogo na região, sobretudo entre os países envolvidos diretamente no conflito, com ênfase nos esforços envidados com a realização da Cúpula de chefes de Estado e de governo que permitiram sentar-se a mesa das negociações, já de ânimo menos exaltados, o presidente congolês Joseph Kabila e o seus homologo ruandês Paul Kagame, para negociar assuntos de interesses mútuos (Westerkamp *et al.*, 2009:19), considerando que este encontro foi um progresso para paz na região pelo facto destes dois países serem os principais protagonistas da conflitualidade na região- a par dos grupos rebeldes armados- (Silva e Diallo, 2013).

³⁹ http://www.icglr.org/images/pdf_files/project_1-1-1-disarmament_and_rapatriation_of_all_armed_groups_in_eastern_drc.pdf

A CIRGL tem acompanhado o processo de pacificação da RDC a par e passo, este facto confirma-se no auxílio da preparação da conferência de Goma em 2008, que permitiu a assinatura de um cessar-fogo imediato no Kivu sul, fruto de um acordo entre o governo congolês e as forças rebeldes (Westerkamp, *et al.*, 2009:19).

De facto a maior parte dos protocolos e projetos da CIRGL envolvem à RDC, dando conta da importância estratégica deste país para a região, bem como sublinham a perspectiva dos países da região que aderiram a estas iniciativas plasmadas na Declaração de Dar-es-Salaam e no Pacto sobre segurança, estabilidade e desenvolvimento para pacificar a RDC.

Deste modo, torna-se visível que as ações da CIRGL estão traçadas para dirimir o conflito na RDC, particularmente por este tratar-se de do maior entrave para a pacificação da região. Logo a erradicação dos grupos rebeldes armados na região permitirá restabelecer um governo de Direito na RDC, que por sua vez estará habilitado para controlar o exército, restabelecer a soberania territorial, restaurar a infraestruturas do país, atendendo as necessidades sociais básicas da população e fortalecer os laços com os países vizinhos (Sabahara, 2006:18).

Recentemente, tem sido debatida nas reuniões da CIRGL à criação de uma força neutra de paz para atuar contra a escalada de violência no leste da RDC, esta ideia tem sido fortemente debatida no Comitê de Ministros da Defesa dos países da CIRGL, dos quais constam os três expoentes máximos do conflito- Ruanda, Burundi e a RDC- (Silva e Diallo, 2013: 27). O projeto ainda não saiu do papel, porém acredita-se que a conclusão efetiva deste objectivo fortificará os laços entre estes países com base numa maior integração regional (*Ibidem*).

Portanto, importa referir que o “fortalecimento do mecanismo de diálogo e a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural conjuntos, assim como a substituição de tarefas de paz comandas por forças globais em favor de instituições e/ou organizações que vivenciam o conflito vislumbram uma solução de paz viável e autossustentável a longo prazo (Silva e Diallo, 2013:27).

Conclusão

No decorrer deste trabalho tem sido frisado repetidas vezes que o sistema internacional é marcado por uma relação de poder que diferencia e atores dominantes e atores subjugados (Cox, 1981). Frequentemente, dinâmicas *top-down* são confrontadas por dinâmicas *Bottom-up*, abrindo espaço para contextos híbridos onde o equilíbrio entre elementos hegemônicos e emancipatórios é permanentemente (re)negociado. A CIRGL tem sido um dos palcos onde a coexistência destas duas dinâmicas se tem desenrolado.

Deste modo, a coexistência das dinâmicas *top-down* e *bottom-up*, no âmbito da CIRGL, são explicadas à luz do quadro de análise desta dissertação, por meio da interpretação dos 4 vetores. Para tal dividimos estes vetores em dois grupos, , de acordo a semelhança na perspectiva e na descrição, sendo que dois representam um posicionamento hegemónico e outro dois um posicionamento emancipatório.

Assim, do ponto de vista da primazia do político formal sobre o informal e da dependência da validação do sistema internacional, que perspectivam um comportamento hegemónico com dinâmicas *top-down*, a CIRGL torna-se precisamente refém da hegemonia dos atores externos, ilustrado na ação do grupo dos amigos (doadores internacionais) que, além de financiarem os projetos da CIRGL, asseguram o suporte técnico e político (westerkamp et al, 2009:19), perpetuando assim um posicionamento hegemónico sobre a conferência (Gramsci, 1971, Cox 1983). Não obstante, a ação da CIRGL fica limitada pela autonomia destes atores (sabahara, 2006), através da criação de marcos regulatórios para o controlo da atuação da conferência (Duffield, 2001; Richmond, 2010).

Do ponto de vista da predominância da participação da sociedade política e da participação da Agency local, que se desenrolam por meio de perspectivas emancipatórias (Cox, 1981) promotoras de dinâmicas *bottom-up*, a CIRGL se posiciona como um elemento potencialmente emancipador, imbuído de ferramentas para a estabilização da região. Logo fazendo-se valer de ideias emancipatórias, através da sua natureza intragovernamental, a CIRGL, reúne os decisores políticos dos países da região, para fortalecer o dialogo, diminuir a dependência e promover o desenvolvimento (Silva e Dialo, 2013), transferindo

assim o poder de tomada de decisão para os agentes e agências locais (Richmond e Mitchell, 2012).

Mediante o exposto, conclui-se que apesar de ter sido criada a partir de uma dinâmica *Top-down* consentindo a hegemonia dos atores dominantes (Bihuzo, 2012:4; Sabahara, 2006:10; Westerkamp *et al.*, 2009:19), a CIRGL enquanto instituição regional *ad hoc*, dá espaço para uma maior representatividade dos Estados membros (que exercem também eles o seu poder numa lógica representativa democrática) no sistema internacional, permitindo que estes exerçam poder de decisão sobre as políticas e práticas para consolidar a paz, estabilidade e desenvolvimento. Para além disso, este posicionamento tendencialmente emancipatório é complementado e reforçado pelo facto de serem acomodadas dinâmicas *bottom-up* a partir de atores e agências locais, ainda que tenham um suporte externo (Richmond e Mitchell, 2012; Leonardsson e Rudd, 2015:826).

Conclusão Geral

Esta dissertação analisou a tensão entre dinâmicas *top-down* e dinâmicas de *bottom-up* em organizações regionais *ad hoc* de (re)construção de paz, explorando o seu potencial emancipatório num contexto de hegemonia liberal, usando como estudo de caso a CIRGL.

Os objectivos desta conferência são consentâneos com a agenda liberal de construção de paz internacionalmente consensualizada e passam por atuar incisivamente sobre os sectores da paz e da segurança, da democracia e da boa governança, do desenvolvimento económico e da integração regional, bem como das questões humanitárias, a fim de pacificar e desenvolver a região, sobretudo na RDC, que representa o maior entrave para a paz, segurança e desenvolvimento na região dos Grandes Lagos africanos. Não só pela agenda implícita e explícita, mas também pela sua própria génese e procedimentos de atuação (e.g. A Declaração de Dar Es Salaam; o Pacto de Segurança e Desenvolvimento e o Programas e Protocolos de ação) a CIRGL consubstancia-se num instrumentos de pacificação e reconstrução *top-down*. Porém, e tal como muitas outras experiências institucionais no sistema internacional e como muitos outros contextos, também a CIRGL é um resultado híbrido de dinâmicas *top-down* e *bottom-up*. Esta dissertação explorou esta tensão com particular enfoque no potencial emancipatório desta Conferência.

Ancorada na teoria crítica das Relações Internacionais e depois de ter analisado através de metodologias qualitativas a CIRGL e, especificamente, a sua atuação face ao conflito na RDC, esta dissertação concluiu que a CIRGL, como instituição de natureza regional *ad hoc*, assegurando a representatividade e participação local constitui um espaço potencialmente emancipatório no que toca a construção da paz na RDC e na região. Tal deve-se ao facto de, apesar de jogar as regras do jogo do sistema internacional e de haver uma dependência de validação internacional, ela dá espaço para que as especificidades e as vozes do local se expressem, como é visível em Conselhos consultivos sobre grupos vulneráveis; Fórum para sociedade civil; fóruns regionais voltados para as questões de género e da juventude, no âmbito do programa de democracia e boa governança.

Limitações

Esta pesquisa ficou marcada por algumas limitações. Inicialmente registou-se uma enorme escassez de estudos sobre a região dos Grandes Lagos, sobretudo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, efetuados tanto por parte de pesquisadores africanos, bem como dos autores de geografias disparees. Este fator, por um lado, tornou a presente pesquisa desafiante, todavia, limitada na compreensão de algumas nuances presentes nos conflitos na região, assim como a uma explanação mais abrangente das diferentes causas e consequências do conflito para o continente (em geral) e para a região em particular.

Recomendações

Para futuras pesquisas sugerimos o estudo dos fatores de conflitualidade na região africana dos Grandes Lagos, principalmente a instrumentalização da etnicidade como vetor de conflitualidade. Recomenda-se, mais estudos sobre a região mais populosa de África (a região dos Grandes Lagos africanos), especialmente no período que sucede o término da Guerra Fria estendendo-se até aos nossos dias.

Referências Bibliográficas

Assoun, Paul-Laurent. (1989) A escola de Frankfurt/ Paul-Laurent Assoun; trad. Helena Cardoso. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª Ed.

Aapengnou, Clement M. (2010). "Interpretação errónea dos conflitos étnicos em África". *In resumo de segurança de África. Centro de Estudos Estratégicos de África*. V.4, Washington, DC.

Andrade, Thalys Ryan de. (2011). O regionalismo na fragmentação dos sistema multilateral do comercio. Ijuí: Ed. Unijui, 192 p. (Coleção relações internacionais, 31).

Acemoglu, Daron; Robinson , James A. (2013). Porque falham as nações. Circulo de Leitores.

Bekoe, Dorina A. (2003). Peace, Security, and Governance in the Great Lakes Region. International Peace Academy, pp.34.

https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/peace_security_1.pdf [02 de Junho de 2018].

Branco, Carlos M.M (2006). "Etnicidade e violência étnica. As diferentes abordagens teóricas e sua utilidade na gestão de conflitos". *Exército e território. Revista militar*, nº2458.

<https://www.revistamilitar.pt/revista/2458> [26 de Julho de 2018].

Burges, Sean W. (2008) "Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy After the Cold War". Sage Journals, vol.22, p.65-84.

<https://doi.org/10.1177/0047117807087243> [15 de Março de 2018].

Bernardino, Luís M.B. (2008). "Políticas de segurança e defesa em África e para África". *O papel das organizações regionais africanas. Revista Militar*, nº 2476, pp 585-0. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/289> [30 de Abril de 2018].

Bellamy, Alex J.; William, Paul D. (2010). *Understanding Peacekeeping*. 2. Ed. Cambridge, UK: Polity Press.

Breslin, S. (2010) "Comparative theory, China, and the future of east Asian regionalism" (s). *Review of International studies*, 36(3), 709-729.

[doi:10.1017/s0260210510000665](https://doi.org/10.1017/s0260210510000665) [25 de Fevereiro de 2018].

Bennett, Jody R. (2010) "Uganda's Oil Opportunity". *Oil price*. 13/06.

<http://oilprice.com/Enrgy/Crude-Oil/Ugandas-Oil-Opportunity.html> [01 de Junho de 2017].

Baregu, Mwesiga L. (2011) "Understanding Obstacles to peace: Actors, Interests, and strategies in Africa's Great Lakes Region". IDRC, pp. 353.

Blore, Shawn. (2011). "Project Review: Implementing Certified Trading Chains (CTC) in Rwanda". *German Federal Institute for Geosciences and Natural Resources*.

https://kipdf.com/project-review-implementing-certified-trading-chains-ctc-in-rwanda_5ac6b1bd1723dd1349f5dd6c.html [02 de Junho de 2018].

Bihuzo, Rigobert M. (2012) "Processo inacabado: um quadro para restabelecer a paz na região dos grandes lagos". *África security brief. Centro de Estudos Estratégicos de África*. Washington, DC.

Burgis, Tom. (2015). *A pilhagem de África*. Vogais, 3ªed.

Briceño Ruiz, José. (2016). *Projeção, Fragmentação e Justaposição de Processos- Regionalismos pós-hegemónico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. Conjuntura Internacional*. V.13, n.1, p.16-21.

[DOI:10.5752/p.1809-6182.2016V13.N1.p16](https://doi.org/10.5752/p.1809-6182.2016V13.N1.p16) [17 de Março de 2018].

Cox, Robert W. (1981) "Social Forces, States and World Order: Beyond international Relations Theory". Vol. 10, issue 2, pp.126-155, *Millennium-journal of international studies*.

Cox, Robert. (1983) "Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método". *Millennium*, v.12, nº2, p.162-175.

Chandler, David. (2010) "The Uncritical Critique of Liberal Peace". *Review of International Studies*, Cambridge. United Kingdom, V.36, s1 p 137-155.

Carnaúba, Maria E.C. (2010) "Sobre a Distinção entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica em Max Horkheimer". *Kínesis*, Vol. II, nº3, p.195-204.

Cravo, Teresa A. (2013) "Duas décadas de consolidação de paz: as críticas ao modelo das Nações Unidas". *Universitas Relações Internacionais*, Brasília. V.11, n.2. P.21-37.

Doyle, Michael. (1997). "Ways of war peace: realism, liberalism, and socialism". New York: w.w. Norton e Company.

Duffield, Mark. (2001). *Global Governance and The New Wars: the merging of security and development*, London: Zed Books.

Devetak, Richard. (2005) " Critical Theory" In Burchill, Scott; Linklater, Andrew; Donnelly, Jack; Paterson, Matthew; Reus-Smit, Christian; True Jacqui. (eds) *Theories of International Relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 3rd ed. 137-159.

Diehl, Paul F. (2008) *Peace Operations*. Cambridge: Polity Press, p.197.

Doyle, M. W. (2001), *The New Interventionism*. *Metaphilosophy*, 32: 212-235.
<https://doi.org/10.1111/1467-9973.00183>

Ferreira, Patrícia M. (1998). O conflito na região dos grandes lagos. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 269 p.

Fukuyama, Francis. (1989) "The End of History?" *The national Interest*.

https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion_2006/ref1-22june06.pdf
[18 de Março de 2018].

Fawcett, Louise. (2005). "Regionalism from an Historical perspective". In Farrell, Mary; Hettne, Bjorn; Van Langenhove, Luk. (Eds.) *Global politics of regionalism: Theory and practice*. Pluto Press, London. P.21-37.

Farrell, Mary; Hettne, Bjorn; Van Langenhove, Luk. (2005). *Global Politics of Regionalism: an introduction*. Pluto Press, London.

Faganello, Priscila L. F. (2013) Operações de manutenção de paz ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional de paz. Brasília: FUNAG.372.p

Galtung, Johan. (1969) "Violence, Peace and Peace Research". Oslo: *International Peace Research Institute*.

Galtung, Johan. (1996), *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: PRIO/London: Sage Publications

Gramsci, Antonio. (1971) *Selections from The Prison Notebooks*, London: Elecbook, 1999.

Gomes, A. (2014). Da Paz Liberal À Virada Local: Avaliando A Literatura Crítica Sobre Peacebuilding. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 2(4), 46-76.

<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2988> [13 de Maio de 2018].

Horkheimer, Max. (1972) "Critical Theory. Selected Essay", trans. Matthew J. O'Connell, 2002. *New York: Seabury Press*, The continuum Publish Company.
<http://doi.org/10.1177/03058298810100020501> [7 de Dezembro de 2017].

Hall, Stuart (1992). "The west and the rest: Discourse and power". Polity Press, Cambridge.

Herz, Mônica; Hoffman, Andreia R. (2004). *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view/php?id=915117>

Kaldor, Mary. (1999) *New and Old Wars: Organized violence in a global era*. California: Stanford University Press, 192 p.

Kanyangara, Patrick. (2016). "Conflict in the great lakes region: Root causes dynamics and effects". *In Conflict Trends*. ACCORD.
<http://www.accord.org.za/publication/conflict-trends-2016-1/> [09 de Maio de 2018].

Lederach, J.P.(1997) *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*, United States Institute of Peace Press, Washington, DC

Ludwig, Fernando J; Blanco, Ramon. (2013). "Abordagens Gramscianas e Foucaultiana Relativamente a Paz por meio da Biopolítica". *Brasília: Universitas Relações Internacionais*. V.11, nº2, 9-20.

Leonardsson, H., & Rudd, G. (2015). "The 'local turn' in peacebuilding": a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. *Third World Quarterly*, 36(5), 825-839. doi:10.1080/01436597.2015.1029905

Mello, Valérie de Campos (1999) "Globalização, Regionalismo e Ordem Internacional". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42 (1), 157-181.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100007>. [16 de Abril de 2018].

Mac Ginty, Roger; Richmond, Oliver P. (2009) "The Liberal Peace and Post-War Reconstruction: myth or reality?" Routledge, London.

Melo, Rúrion. (2011) "Teoria Crítica e os Sentidos da Emancipação". *Cadernos CHR*, 24 (62) 249-262. <http://dx.doi.org/10.1590/S010349792011000200002>. [7 de Dezembro de 2017].

Mac Ginty, Roger; Richmond, Oliver P. (2013) "The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace", *Third World Quarterly*, 34:5, 763-783, <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.800750> [20 de Março de 2018].

Mezzarobba, Orides. (2005) *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux. 336 p.

Mac Gynt, Roger (2013). *The limits of peacebuilding theory*. Routledge Handbook of peacebuilding.

Moma, José A. (2012) "Reconsiderando as origens da construção do regionalismo na África Austral, trinta anos depois. Por uma leitura construtivista das origens da SADC". *Janus.Net e-journal of International Relations*, Vol.3, Nº2.

Mac Ginty, Roger.(2012) "Hybrid reconstruction: the case of Waad in Lebanon" In *Hybrid Forms of peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. Rethinking Peace and Conflict studies.

Mahbubani, Kishore. (2018) *A queda do ocidente? uma provocação*. Bertrand editora.

Nogueira, João P.; Messari, Nizar. (2005) *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/editora campus.

Prunier, Gérard. (1995). *The Rwanda crisis 1959-1994: history of a genocide*. London: Hurst e Company, 389 p.

Paris, Roland. (2004) *At War's End: Building Peace after civil conflict*. Cambridge University Press. 289.p

Pureza, José M. (2009) "Humanitarismo, guerras contemporâneas e paz liberal. *Revista de histórias das ideias*, Vol.30. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/41554> [12 de Fevereiro de 2018].

Pimenta, Catarina .(2009) "A construção de paz: relações e futuro. *Relações Internacionais (R:I)*, (24), 171-174. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000400016&lng=pt&tlng=pt [7 de Maio de 2018].

Pinto, Maria do Céu. (2009) "A evolução do fenómeno da integração regional na América Latina do pós-guerra fria à atualidade. *Lusíada. Política Internacional e segurança*. <http://revistas.lis.Ulisiada.pt/index.php/lpis/article/viewfile/178/170> [12 de Março de 2018].

Pinto, Teresa Nogueira. (2011). *Ruanda: entre a segurança e a liberdade*. *Relações Internacionais (R.I)*, (32), 45-57. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s1645-91992011000400004&ing=pt&tlng=pt.

Paffenholz, Thania. (2015) "Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research", *Third World Quarterly*, 36:5, 857-874, DOI: <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1029908> [15 de Maio de 2018].

Ramsbotham, Oliver; Woodhouse, Tom. (2000). *Peacekeeping and conflict Resolution*. Frank Cass, London.

Richmond, Oliver P. (2006) "The problem of peace: Understanding the liberal peace, conflict, security e development, 6:3, 291-314. <http://dx.doi.org/10.1080/14678800600933480> [03 de Abril de 2018].

Richmond, Oliver P. (2009) "The Romanticisation of the Local: Welfare, Culture

and Peacebuilding". The International Spectator, 44:1, 149-169,

DOI: [10.1080/03932720802693044](https://doi.org/10.1080/03932720802693044) [17 de Maio de 2018].

Richmond, Oliver P. (2010). "Para Além da Paz Liberal?" Respostas ao "Retrocesso". Contexto Internacional, 32 (2), 297-332.

Richmond, Oliver P; Mitchell, Audra. (2012) Hybrid Forms of peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism. Basingstoke: Palgrave Macmillan. Rethinking Peace and Conflict studies. 311 p.

Ramsbothan, Oliver; Woodhouse, Tom; Miall, Hugh (2011) " Contemporary conflict resolution. London: Polity. Chapter 1: Introduction to conflict resolution: Concepts and Definitions and chapter 4: Understanding contemporary conflict.

Santos, Boaventura de Sousa. (1999) "Porque é tão Difícil Construir uma Teoria Crítica?" Revista Crítica de Ciências Sociais, 54, 197-215.

Silva, Marcos António Meneses. (2005) "Teoria Crítica em Relações Internacionais". Contexto Internacional, 27 (2), 249-282.

<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292005000200001> [12 de Janeiro de 2018].

Sabahara, Pamphile. (2006) « La Conférence Internationale Sur L'Afrique de Grands Lacs: Enjeux et impact sur La paix et le développement en RDC ». *Group de Recherche et d'information sur la paix et la Security (GRIP)*.

<http://archive.grip.org/en/siteweb/images/RAPPORTS/2006/2006-2.pdf>

[19 de Maio de 2018].

Santos, Sofia José (2010), "Media para a paz e peacebuilding: uma critica à intervenção internacional", *Universitas: Relações Internacionais*, 8, 2, EBSCO.

DOI: <https://dx.doi.org/10.5102/uri.v8i2.1313>

Seixas, Eunice C.(2013) “Paz Liberal, governação e cultura democrática. *Universitas: Relações Internacionais*, 11 (2), 91-99. Doi:10.5102/uri.v11i2.2527

Silva, Igor C. da; Diallo, Mamadou A. (2013) “Nova crise nos grandes lagos da África central: o surgimento da segunda guerra mundial africana?” *Conjuntura Austral*, V.4, nº 15-16.

<http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.33692> [10 de Maio de 2018].

Silva, Igor C. da. (2017). Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Série Africana, Cebráfrica/ufrgs, pp 390.

Sousa, Fernando de; Mendes, Pedro. (2014) Dicionário de Relações Internacional. Ed. Afrontamento, CEPESE, Porto.

Schierenbeck, Isabell. (2015) “Beyond the local turn divide: lessons learnt, relearnt and unlearnt”, *Third World Quarterly*, 36:5, 1023-1032. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1043991> [15 de Maio de 2018].

Toledo, Áureo; Facchini, Júlia. (2017) “Da transformação de conflito à paz híbrida: uma análise das ideias de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty.” In *Revista Brasileira de Estudos de defesa*. Vol. 4, nº2.

DOI: <http://dx.doi.org/10.26792/rbed.v4n2.2017.75026>

Uziel, Eduardo. (2015) O Conselho de Segurança, as Missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, 2º ed, Brasília: FUNAG. 326 p.

Van-Dúnem, Belarmino. (2009). “A situação atual na região dos grandes lagos”. *Relações Internacionais: Política e Diplomacia intra-africanas em debate*.

Valenzola, Renato H. (2013) “O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais”. *Revista do laboratório de estudos da violência da UNESP/Marília*, N12, pp. 59-86.

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/3477/2694> [18 de Maio de 2018].

Vunge, Adebayo. (2017) Pensar África. Lisboa: ed. Rosa de Porcelana.

Westerkamp, Mike; Moira, Feil; Alison, Thompson. (2009) "Regional contribution in Great Lakes Region: A contribution to Peacebuilding?" *International Alert. Adelphi Paper*.

[https://www.adelphi.de/de/system/files/mediathek/bilder/us_038 -
_regional_cooperation_in_the_great_lakes_region_1.pdf](https://www.adelphi.de/de/system/files/mediathek/bilder/us_038_-_regional_cooperation_in_the_great_lakes_region_1.pdf) [20 de Maio de 2018].

Webgráfia

Boutros-Ghali, Boutros (1992). *An Agenda For Peace* .UN doc A/47/277/2411.17 Jun.

<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>. [14 de Março de 2018].

DPKO: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Unosomi.htm>.

ICGLR: International Conference on the Great Lakes Region.

<http://www.icglr.org/index.php/en/> [20 de Maio de 2018].

http://www.icglr.org/images/pdf_files/project_1-1-1-_disarmament_and_rapatration_of_all_armed_groups_in_eastern_drc.pdf

<http://www.icglr.org/index.php/en/partners>

<http://www.icglr.org/index.php/en/democracy-and-good-governance>

https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_es_Unidas.pdf

MellonDor (2015). African Great Lakes. svg.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:African_Great_Lakes-sl.svg [05 de Junho de 2018].

